



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FACULDADE DE TEOLOGIA

Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

TEREZA SANTOS VIEIRA

A Unidade da Igreja - busca de fidelidade ao Evangelho de Jesus

Contributos para a lecionação da Unidade Letiva “O Ecumenismo”

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada

sob orientação de:

Prof. Doutor José Eduardo Borges de Pinho

Mestre Juan Francisco Garcia Ambrosio

Lisboa

2017

ÍNDICE

Agradecimentos	4
Resumo	5
Siglas	6
Introdução	7
Capítulo I – Ecumenismo – enquadramento no contexto da Prática de Ensino Supervisionada	10
1. Desafios lançados pela Prática de Ensino Supervisionada.....	10
2. Caracterização da Escola e da turma.....	11
3. Experiência do docente em contexto escolar ao longo da PES	13
4. Atividades realizadas ao longo da Prática de Ensino Supervisionada.....	17
5. Unidade Letiva lecionada	20
5.1. Análise da UL 2	21
5.2. Pertinência da UL 2 no processo de ensino-aprendizagem dos alunos	23
Capítulo II – A tarefa ecuménica, seu sentido e seus desafios	26
1. O Movimento Ecuménico e seus objetivos	26
1.1. Breve história do Movimento Ecuménico até ao Concílio Vaticano II	27
1.2. Significado do Concílio Vaticano II – O Decreto sobre o Ecumenismo	33
2. Unidade da Igreja como dom e tarefa.....	38
2.1. A unidade como dom de Deus.....	38
2.2. Unidade visível	41
2.3. Unidade na diversidade	43
2.4. Unidade necessária e suficiente	45
3. Caminhos de cooperação ecuménica.....	47
3.1. Uma hermenêutica da confiança	48
3.2. O respeito dos outros na sua diferença	49

3.3. O ecumenismo espiritual	51
3.4. A cooperação a nível local.....	53
3.5. O testemunho cristão comum ao serviço da Humanidade.....	55
Capítulo III – Contributo da reflexão ecuménica para a formação dos alunos	58
1. Pluralismo de pertença religiosa na sociedade atual	58
2. Fatores que influenciam perceções e celebrações diferentes da fé.....	59
3. Ecumenismo na vida.....	60
4. Diversidade, fonte de riquezas.....	61
5. Experiência pessoal e compreensão do outro na sua realidade	62
6. Colaboração na construção de uma sociedade mais humana	63
7. Ecumenismo: busca de fidelidade ao Evangelho	64
8. Proposta de atividades	65
Conclusão	67
Bibliografia	70

AGRADECIMENTOS

A todos os que de forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração do presente relatório exprimo a minha profunda gratidão pela paciência e atenção manifestadas e pela força transmitida, sobretudo nos momentos mais difíceis.

São muitas as pessoas que, através duma palavra amiga, de gestos simples e de compreensão, me ajudaram a acreditar que era possível atingir o fim desta etapa. Desta forma, e para não correr o risco de não enumerar alguém, não quero identificar ninguém. Mas não poderia deixar de expressar os meus reconhecidos agradecimento aos professores que se dispuseram a ajudar-me na realização deste Relatório Final. Agradeço também à minha família religiosa, as Irmãs Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus, pela oportunidade dispensada, por todo apoio e pelo carinho que sempre manifestaram ao longo de todo o meu percurso académico. E não posso esquecer a minha família que, apesar da distância, me acompanhou sempre com muita afeição.

RESUMO

No ato de ensinar não se trata apenas de cumprir um conjunto de metas ou um plano, mas transmitir conteúdos e facilitar a aprendizagem, de modo a ajudar os alunos a construir o seu futuro e a sua identidade. Isso implica propor caminhos de indagação, de aceitação do outro e de busca de fidelidade ao Evangelho de Jesus. Partindo da experiência de lecionação na Prática de Ensino Supervisionado da Unidade Letiva 2 do 8º ano – “O Ecumenismo” – e do estudo de documentos de vários autores sobre a unidade da Igreja, apresento uma (breve) contribuição para a formação dos alunos, resultado da reflexão sobre o que representa a tarefa ecuménica e seu contributo na construção de uma sociedade mais humana. Ecumenismo é uma busca do verdadeiramente Humano à luz do Evangelho, trilhado passo a passo, num itinerário pedagógico que trabalhe as capacidades fundamentais para a vida em comum, num caminho de diálogo, apostando nas riquezas do outro na sua diferença.

Palavras-chave: educação; ecumenismo; diálogo ecuménico; unidade da Igreja; Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC)

ABSTRACT

Teaching should not be restricted to the accomplishment of goals or objectives, but should be of assistance in the process of learning in order to help students to build up their future and personality. This leads to the proposal of a behavior of proper examination, acceptance of the others and fidelity to Jesus Gospel. On the basis of my experience from lecturing the 2nd Unit “Ecumenism” of the 8th grade, during the “Supervised Teaching and Practice”, and also from gathered information in bibliographic research on the unity of the Church, I’m proposing a (tiny) input for students training grounded on the gathered information concerning ecumenical task repercussions and its role to the construction of a more human society. The core of Ecumenism is a step by step search for the truly human in the light of the Gospel, on a pedagogical itinerary that enables everybody to build up their key capacities for living together, starting a journey of dialogue with the courage to trust in the gifts of the other.

Key words: education; ecumenism; ecumenical dialog; unity of the Church; Catholic Religious and Moral Education (CRME)

SIGLAS

CCEE - Conselho das Conferências Episcopais Europeias

CIC - Catecismo da Igreja Católica

COPIC- Conselho Português de Igrejas Cristãs

DH - Declaração *Dignitatis humanae* sobre a Liberdade Religiosa (Concílio Vaticano II)

EMRC - Educação Moral e Religiosa Católica

LF - Encíclica *Lumen Fidei*, de Francisco

GS - Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual (Concílio Vaticano II)

LG - Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja (Concílio Vaticano II)

KEK - Conferência das Igrejas Europeias

PES - Prática de Ensino Supervisionada

UL2 - Unidade Letiva dois

UR - Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o Ecumenismo (Concílio Vaticano II)

UUS - Encíclica *Ut Unum Sint* sobre o Empenho Ecuménico, Apelo à Unidade dos Cristãos, de João Paulo II

Introdução

A unidade da Igreja não elimina todas as diferenças, entende-se como “unidade na diversidade” e é tarefa que tem que interpelar todas as Confissões cristãs. Atualmente torna-se urgente a consciência deste dever de criar vínculos de união que superem as divisões entre cristãos e liguem todos os homens por diversos laços: sociais, tecnológicos, culturais e, sobretudo, de sentido da dignidade humana.

O presente Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada (PES) versa sobre “A unidade da Igreja – busca de fidelidade ao Evangelho de Jesus”, tema que surgiu a partir da leção da Unidade Letiva dois (UL 2) do 8º ano – O Ecumenismo. Dada a complexidade desta problemática, os autores do Manual procuraram um outro título, contribuindo desta forma para a sua compreensão. Assim, o antigo Manual *Livres para amar*¹ (utilizado na leção) intitulou-a “Cristianismo: unidade e diversidade”; mais tarde, o novo Manual do aluno designou-a por “Cristianismo em caminho”².

É um tema que pode parecer genérico e que é difícil de tratar em profundidade, sobretudo no nosso contexto. Todavia, é um tema relevante, sobretudo no mundo atual onde emergem conflitos graves a nível planetário e onde a questão ecuménica parece encontrar-se “arrefecida” em muitos lugares. De facto, a divisão dos cristãos, mesmo que eles não o notem, enfraquece e contradiz o testemunho cristão. Desta forma, o objetivo desta escolha é ajudar os alunos de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) a consciencializarem-se das razões históricas, culturais e religiosas que provocaram as divisões no cristianismo e incentivá-los a trilhar novos caminhos de comunhão, de esperança, de fraternidade e de sociabilidade, mostrando ao mundo que a Igreja unida mas não uniformizada tem um impacto maior na sociedade e só assim ajudará a encontrar resposta aos desafios atuais. Isto implica a descoberta

¹ SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para Amar*, 8ºano de Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do Professor, SNEC, Lisboa, 2011, pp. 245-261.

² SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Quero Descobrir*, 8º ano de Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do Aluno, SNEC, Lisboa, 2015, pp. 31-62.

da importância do diálogo e da compreensão das diferenças no pensar e no agir. Só assim os cristãos serão capazes de dar respostas à nossa sociedade, dividida por medos e preconceitos.

O Papa Francisco refere que “o caminho do homem religioso passa pela confissão de um Deus que cuida dele e que Se pode encontrar” (LF 35). Nesta temática procurámos encontrar propostas pedagógicas que fossem ao encontro das necessidades diagnosticadas e se enquadrassem na concretização das seguintes metas curriculares propostas pelo Programa de EMRC para a lecionação desta UL: “Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade” e “Identificar os valores evangélicos” (Metas I e G).³

Caminhar com o Deus de Jesus Cristo é uma caminhada que implica integração, liberdade de escolha, discernimento e decisão. Estas são também algumas das finalidades da EMRC. Assim, o objetivo deste Relatório Final é apresentar a questão da busca da unidade da Igreja, desejada ao longo dos tempos e também na sociedade atual, a partir da busca da fidelidade a Jesus Cristo, ao Evangelho, tendo em consideração o estudo de documentos de alguns autores sobre o tema e o percurso realizado ao longo da PES. Assim sendo, embora tenham sido lecionadas duas Unidades Letivas - a UL 2 “O Ecumenismo” e a UL 4 “Ecologia e Valores” - passo a referir apenas a primeira, pois é aquela que está diretamente relacionada com o tema.

O Relatório está estruturado em três capítulos. No primeiro é apresentado o núcleo da pesquisa educacional, o qual abarca a questão do ecumenismo, enquadrando-o no contexto da PES. O segundo capítulo analisa a tarefa ecuménica, os seus desafios e objetivos e propõe a meta de uma unidade visível entre as Igrejas num processo de diálogo e de descoberta recíproca, em busca da unidade *necessária e suficiente*. O terceiro capítulo alude ao contributo da reflexão ecuménica para a formação dos alunos como uma mais-valia no crescimento integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens. Com este trabalho pretende-

³ SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica: Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*, Moscavide, 2014, p. 88.

se, assim, contribuir para a orientação cultural e formativa dos alunos na perspectiva religiosa, em ordem a que despertem e/ou consolidem e fortaleçam a sua vivência religiosa.

Capítulo I – Ecumenismo - enquadramento no contexto da Prática de Ensino Supervisionada

1. Desafios lançados pela Prática de Ensino Supervisionada

No contexto específico da PES, somos confrontados com a experiência da docência de EMRC. Vivemos situações reais da profissão, numa escola concreta, num espaço concreto, assumindo a responsabilidade pela docência de uma turma. Nestas situações reais de trabalho deparamos com fatores determinantes para a valorização do conhecimento que favorecem o desenvolvimento e o nosso crescimento pessoal. A experiência adquirida permitiu a tomada de consciência das normas e dos valores que enriquecem a profissão do docente de EMRC.

Reconhecemos que elaborar um caminho para construir um conhecimento nem sempre é fácil. Mas, quando o desejo de educar para os valores é compreendido como tarefa e missão daqueles que trabalham, através do ensino, para uma mais-valia na construção da sociedade, a vontade de aprender a fazer mais e ser mais apto para exercer a função com aptidão transcende as dificuldades. Experimentar a possibilidade de conhecer verdadeiramente a profissão, as atividades e responsabilidades de docente, e vivenciar a importância da interação com os diferentes elementos do mundo escolar, transformou verdadeiramente esta experiência num desafio formativo, valioso e incentivador.

Na verdade, os desafios lançados pela PES ganharam contornos significativos e impulsionadores que procuro evidenciar ao longo deste Relatório, apontando aspetos mais significativos, dificuldades sentidas e estratégias adotadas. Foi, de facto, um intenso enfrentar de desafios, tendo sempre bem presente que os sonhos se tornam realidade quando mantemos, com firmeza, a nossa relação com eles, na certeza que os sonhos se tornarão possíveis quando nos comprometemos e apressamos a realizá-los no tempo e no espaço concretos

2. Caraterização da Escola e da turma

A PES decorreu na Escola Secundária Fernando Lopes Graça, estabelecimento do Agrupamento de Escolas de Parede.

Este Agrupamento, criado em 3 de julho de 2012,⁴ é composto por diferentes estabelecimentos de educação e de ensino com o objetivo comum de, através de múltiplas aprendizagens, se construírem as competências necessárias ao desenvolvimento individual e coletivo e à consolidação de uma sociedade democrática.

A sua oferta educativa inclui percursos escolares diferenciados, visando a efetiva articulação entre os diversos níveis e modalidades de educação e de ensino existentes. Assenta num quadro de valores aberto à diferença e à participação ativa de todos os intervenientes no processo educativo, com vista à criação de uma identidade própria⁵. Tem como objetivo construir uma escola aberta à comunidade envolvente em colaboração com os pais e encarregados de educação e persegue uma conceção de escola centrada no aluno, onde a criatividade, a valorização da diversidade, a consciência crítica e o sentido de cidadania responsável encontrem espaço para o seu desenvolvimento.⁶

Assim, tem como missão: fornecer as respostas educativas adequadas à formação integral dos alunos no exercício de uma cidadania plena; formar e educar jovens prestando à comunidade um serviço educativo de qualidade, com vista à formação integral dos jovens; ensinar conteúdos de forma rigorosa; contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e críticos, capazes de atuação ativa; incentivar o interesse e gosto pelas manifestações culturais e pelos valores democráticos; promover o sucesso educativo dos alunos; prepará-los para a vida ativa e para a sua participação na comunidade.⁷ Como pano de fundo da ação educativa

⁴ Cf. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAREDE, *Projeto Educativo*, 2014, p. 8.

⁵ Cf. *Ibidem*, p. 4.

⁶ Cf. *Ibidem*, p. 5.

⁷ Cf. *Ibidem* pp. 6-7.

reconhece as mutações, os desafios, as inovações criativas, a valorização da diversidade e o sentido de cidadania como valores a desenvolver pela escola de forma consciente e eficaz⁸.

A Escola Secundária Fernando Lopes Graça é uma escola “multicultural”, dada a diversidade de alunos provenientes de vários países: PALOPs, Brasil, Timor, China, África do Sul, Índia, e países de Leste. Regista-se ainda um fluxo crescente de alunos de outras áreas do mundo como América Latina, nomeadamente Colômbia, e alunos vindos também de países da União Europeia e alunos pertencentes à comunidade cigana.⁹ Trata-se, portanto, de um mundo de culturas e crenças, bem como de diversas formas de comunicação.

Na turma do 8º ano de EMRC, inicialmente com oito alunos (dez no final do ano), havia um aluno de nacionalidade angolana e uma de nacionalidade brasileira; os restantes eram todos de nacionalidade portuguesa, mas a maioria com antecedentes estrangeiros. Todos se expressavam em português corretamente. Richard I. Arends, no seu escrito *Aprender a Ensinar*, retrata exatamente este tipo de situação, realçando que “[...] os professores e os seus alunos ocupam com frequência várias culturas diferentes, cada um com crenças e valores únicos, assim como diferentes formas de comunicação”.¹⁰ Foi, para mim, uma experiência gratificante verificar que alunos provenientes de culturas tão diferentes se entenderam e acabaram por formar um grupo coeso

No que se refere ao comportamento, a turma não trouxe problemas de maior: era uma turma participativa, interessada e com capacidade para adquirir os conhecimentos essenciais em todas as áreas curriculares. Reconheciam os erros e pediam desculpa quando eram “chamados à razão”.

⁸ Cf. *Ibidem* p. 5.

⁹ Cf. *Ibidem*, p. 10.

¹⁰ R. I. ARENDS, *Aprender a Ensinar*, McGraw-Hill, Madrid, 2008, 7ª Edição, p. 62.

3. Experiência do docente em contexto escolar ao longo da PES

A reflexão que se segue apresenta o percurso efetuado ao longo da PES realizada, a qual constou da lecionação da UL 2 – O Ecumenismo e da UL 4 – Ecologia e Valores. Como referi, em razão do tema escolhido, apresento apenas o que diz respeito à UL 2 – O Ecumenismo.

Esta UL foi lecionada no final do primeiro período, alongando-se pelo início do segundo. Decorreu, portanto, no início da minha PES, período esse que oscilou entre a luta pela sobrevivência perante o choque real nesta minha primeira experiência e o entusiasmo pela descoberta de um mundo novo. Foi uma época de aprendizagem permanente e de experiências fundamentais para a futura inserção no “mundo de trabalho”.

Refletir sobre a questão do ensino e sobre o percurso realizado é uma forma de fazer uma autoavaliação da minha maneira de agir e de pensar, antes de projetar a realização de um futuro como docente, e constitui uma ferramenta indispensável para a aquisição de possíveis soluções perante novos desafios. Um dos desafios que mais me preocupou foi a relação com os alunos, e depressa constatei que cabe ao professor a tarefa de criar empatia com os alunos, motivá-los e fazê-los evoluir enquanto pessoas com diferentes motivações, valores e atitudes.

Este objetivo foi adotado por todo o núcleo de estágio, que tomou como prioridade fomentar esta proximidade entre alunos e professores, procurando acima de tudo trabalhar para o desenvolvimento da união entre os elementos do grupo de alunos e cultivar neles o sentido do outro. Esta atitude muito contribuiu para modelar “o respeito e a tolerância pelas várias crenças religiosas”¹¹, possibilitando “ensinar e discutir as ideias, crenças e tradições de várias religiões, desde que tal seja feito de forma justa, respeitosa e intelectualmente honesta.”¹²

O papel educativo do professor não se limita ao que se passa na sala durante as aulas, mas deve integrar uma realidade mais abrangente que a sua disciplina, uma vez que, ao

¹¹ *Ibidem*, p. 71.

¹² *Ibidem*.

formar os novos alunos, ao instruí-los e ao dotá-los de novos conhecimentos e competências, está a contribuir para a formação de novos cidadãos. Desta forma, o esforço e a exigência de todo o percurso formativo constituíram, para mim, um passo em frente na minha preparação para a nova missão a assumir, de modo a encontrar as respostas mais adequadas à sociedade marcada por profundas mudanças sociais e económicas. Trata-se realmente de uma nobre missão que tem que ser vivida com paixão e não por mera ocupação profissional, assumindo o melhor possível a minha responsabilidade perante os alunos com consciência da missão que me é confiada.

A escola tem a tarefa de despertar para os verdadeiros valores da civilização, visando a formação do homem até à plena maturidade das suas capacidades. Assim o educador experiente

“[...] desempenha um papel preponderante na comunidade educativa que deve ser a escola. A sua função de motivadores principais exige uma humildade e honestidade de quem reconhece que a verdadeira escola, como serviço à pessoa, é a busca permanente, onde os educandos têm um papel fundamental. Tudo isso exige dos educadores a paixão de quem se dá à missão de ajudar os educandos a crescer de forma integral, coerente e harmoniosa.”¹³

Especificamente no caso do professor de EMRC, este deve ser capaz de olhar e compreender o mundo que o rodeia à luz da mensagem cristã, ser fiel ao anúncio do Evangelho e torná-lo presente no mundo da escola, testemunhar a esperança e encontrar novos caminhos.

Como docente, procurei realçar a importância da disciplina de EMRC, equivalente à de qualquer outra disciplina, integrada num projeto educativo de desenvolvimento harmonioso da pessoa. Ela não só transmite conteúdos e verdades como também oferece oportunidades para o desenvolvimento da dimensão religiosa da personalidade humana e faculta condições propícias para a busca do transcendente e para o crescimento da fé.

¹³ T. NUNES, “Missão e Singularidade do docente de Educação Moral e Religiosa”, *Pastoral Catequética*, nº 19 (2011) p. 118.

Ao planificar cada aula, procurei sempre ter em atenção as metas, os objetivos e os conteúdos propostos no Programa de EMRC. Assim, e em consonância com o núcleo de estágio, elaborei as estratégias e criei materiais adequados para cada aula em conformidade com o Manual da disciplina, com documentos da Igreja e através de outras pesquisas realizadas. No entanto, embora mantendo-me fiel às linhas orientadoras indicadas no Manual, optei por alterar algumas estratégias a seguir, procurando atender às características da turma e dos alunos. Além disso, por vezes tive de renunciar aos conteúdos preparados para a aula do dia, adaptando-os, para poder promover o diálogo e nortear, com prudência, a discussão de questões em sala de aula, possibilitando aos alunos momentos para esclarecimento de dúvidas.

Os objetivos de cada aula foram pensados e planificados de modo a que os alunos, no itinerário proposto, chegassem a reconhecer que, desde os primórdios, o fenómeno religioso é uma realidade que faz parte da nossa história e da história da sociedade e que “a dimensão religiosa do ser humano leva o ser humano à intervenção social.”¹⁴ A lecionação foi norteadada por uma perspetiva alargada e com estratégias diversificadas com o intuito de possibilitar aos alunos uma melhor compreensão da matéria lecionada em cada aula e a abertura do coração que conduza à unidade através da fé.

A colaboração na preparação das aulas, a partilha de experiências e a ajuda mútua no núcleo de estágio e por parte da professora cooperante foram gratificantes. Também a colaboração com os colegas da Faculdade de Teologia serviram para um enriquecimento na aprendizagem e no desenvolvimento profissionais.

A experiência de docente em contexto escolar foi muito positiva e ajudou-me a desenvolver capacidades como professora de EMRC, a quem se exige atualmente estar à vontade em diversos campos de saber, em especial naqueles que se apresentam como mais

¹⁴J. AMBROSIO, *EMRC e Cidadania*, texto não publicado para uso dos alunos no âmbito do 1º Ano de Mestrado em Ciências Religiosas, especialização em EMRC, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2013/14, p. 8.

significativos para a compreensão da vida da pessoa e os que maior expressão têm no meio escolar. De facto, aos professores de EMRC é exigida uma elevada qualificação e um acentuado esforço na sua formação (alargando os domínios de conhecimento para além de religião), em ordem a poder contrabalançar posições e atitudes da sociedade em geral e do meio escolar em particular e a poder corresponder as necessidades dos alunos. Neste sentido, procurei que a disciplina de EMRC fosse um instrumento de formação da pessoa e um meio de a educar para os valores humanos, pois o valor da vida e da dignidade humana está no centro da realidade social, cultural e educativa. Foi preocupação principal ir ao encontro das necessidades individuais de cada aluno, com o intuito de dar a cada um aquilo de que necessita, ser capaz de desafiar aqueles que não têm motivação para aprender e de a todos estimular.

Esta é a tarefa de todo o professor no contexto escolar: ser o promotor de um bom ambiente de aprendizagem e, acima de tudo, ensinar os alunos a serem bons cidadãos para o bem de todos. Fi-lo na consciência de que se trata de um aspeto nuclear de tarefa educativa: “Toda a educação, para ser consistente, precisa de um enraizamento numa tradição de valores que lhe confira identidade e projeto.”¹⁵

A PES foi, realmente, uma experiência enriquecedora, um tempo privilegiado de relações interpessoais, de contato direto com professores e com a equipa institucional alargada, com os alunos e suas respetivas famílias, embora este último aspeto constitua ainda um longo caminho a percorrer.

¹⁵ F. MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, *Pastoral Catequética*, nº 26 (2013) p. 60.

4. Atividades realizadas ao longo da Prática de Ensino Supervisionada

Ao longo deste percurso da PES foram realizadas várias atividades em que o núcleo de estágio participou com satisfação. Foram momentos significativos de aprendizagem e crescimento, de diálogo com os alunos e de integração no mundo tanto dos alunos como no da escola.

No núcleo de estágio, em sintonia com a professora cooperante, tivemos sempre em mente contribuir empenhadamente para a formação e desenvolvimento dos alunos, procurando desenvolver a sua sensibilidade religiosa, com a finalidade de formar cidadãos responsáveis, contribuir para a formação da personalidade, ajudar cada aluno a encontrar um sentido para a sua existência pessoal e promover a relação comunitária. As atividades realizadas foram diversificadas e distintas.

Fora da escola foi efetuado um Peddy-paper de EMRC à Serra de Sintra. Este teve como tema: “EMRC: Educação e Missão”, o qual foi proposto no âmbito do Projeto de trabalho da disciplina para o ano letivo de 2014/2015. Os objetivos gerais estabelecidos para esta atividade foram: apelar à responsabilidade de todos os alunos na proteção do ambiente; fomentar um espaço de partilha, de amizade e de conhecimento entre os alunos de EMRC de outra escola; despertar nos alunos o empenho da vivência de alguns valores mencionados nas aulas de EMRC, tais como a atenção aos outros, o respeito pelas regras da escola e o espírito de interajuda e de partilha.

Para além de sensibilizar os alunos para a prevenção dos problemas ambientais, o grupo do núcleo estabeleceu ainda, como objetivos específicos, ensinar-lhes a identificarem-se como pessoas responsáveis pela qualidade ambiental do meio em que estão inseridos e despertar neles a capacidade de observação e curiosidade para o conhecimento do nosso património histórico-cultural, ecológico e religioso. Participaram nesta atividade os alunos do

7º, 8º, 9º, 10º e 11º anos, inscritos nesta disciplina da escola em questão e os alunos do secundário de outra escola vizinha.

Chegámos à conclusão que os objetivos propostos não foram alcançados na totalidade, em razão da heterogeneidade do grupo e dado o elevado número de alunos. Mas, por outro lado, houve manifestação de pontos positivos por parte de alguns alunos: possibilitar o contato com a natureza, conhecer os alunos de outra escola (colegas desta disciplina) e fazer uma caminhada a pé. Salientaram também alguns aspetos a melhorar: escolha da data tendo em consideração a estação do ano, de modo que seja mais adequada à realização de atividades semelhantes, e o transporte a utilizar.

Outras atividades foram ainda realizadas fora da própria escola e com participação de outras escolas. Estão neste caso o encontro diocesano interescolas com os alunos do 2º e 3º ciclo em Fátima e as olimpíadas no colégio dos Maristas, em Carcavelos.

Salienta F. Moita: “Face às necessidades educativas dos alunos, face aos valores sociais e educacionais da escola e da família, a EMRC ajuda a encontrar razões de existir e de estar no mundo”.¹⁶ Neste sentido, os objetivos das atividades realizadas pretendiam levar os alunos a contribuir e a interagir com outras instituições particulares e com outras escolas. Deste modo, os alunos da EMRC da Escola Secundária Fernando Lopes Graça participaram também nos desafios lançados para a construção do “Laço humano”, no Centro Comunitário da Paróquia. Esta atividade teve como dinâmica a construção do laço, e todos os participantes levavam vestida uma peça de roupa azul-marinho. Foram oferecidos pela organização balões também azuis que, no final da construção do laço, foram lançados ao ar, como gesto de solidariedade em defesa das vítimas de maus tratos. Sendo a finalidade da disciplina de EMRC contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos, o objetivo desta atividade era expressar a nossa solidariedade e o nosso contributo em defesa das crianças e jovens vítimas de maus tratos. Os alunos mostraram-se interessados e participativos.

¹⁶ F. MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, p. 65.

Houve uma outra atividade organizada e realizada pelas professoras de EMRC da escola em questão, em conformidade com a mesma escola e com os encarregados de educação: visita de estudo à exposição dos “Sete mil milhões de outros”, efetuada no Museu de Eletricidade em Belém, Lisboa. Esta exposição, criada em 2003, já percorreu os quatro cantos do mundo e dá-nos um retrato real e atual da humanidade, mostrando testemunhos de mais de seis mil pessoas de oitenta e quatro países, incluindo Portugal.

Ao entrar no espaço da exposição dos “Sete mil milhões de outros”, os alunos foram convidados a fazer uma viagem à volta do mundo para ficarem a conhecer os medos, os sonhos, os problemas e as esperanças de pessoas de diferentes países do mundo. São testemunhos obtidos através de quarenta e cinco perguntas, iguais para todos, sobre trinta temas universais: família, amor, morte, perdão, clima, natureza, sentido da vida, desafios, sonhos de infância, etc. As legendas, as imagens e os vídeos facultados permitiram a compreensão das realidades de cada povo e de cada cultura: um pescador brasileiro, um sapateiro chinês, um artista alemão, um empresário afegão..., e ajudaram a encontrar respostas sobre a nossa condição de filhos de Deus.

Na avaliação desta atividade, os alunos mostraram-se entusiasmados e sensibilizados, expressando os seus sentimentos sobre o muito que observaram. Ao descreverem a história das pessoas que vivem noutros países em situações de dificuldade, manifestaram o desejo de querer saber mais sobre as características das diferentes culturas.

Foi uma atividade que permitiu atingir plenamente o objetivo da EMRC, que “procura educar para os valores cristãos, ensina a interpretar a vida e o mundo à luz da fé, ajuda a discernir o bem e o mal.”¹⁷ A EMRC deve desenvolver um trabalho contínuo na formação da consciência, numa trajetória progressiva e evolutiva, ajudando os jovens a “assumir os valores e princípios morais que tenham validade e aplicação universal.”¹⁸

¹⁷ J. AMBROSIO, *Identidade e Finalidades da EMRC*, Texto para uso dos alunos no âmbito do 1º Ano de Mestrado em Ciências Religiosas, especialização em EMRC, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2013/14, p. 1.

¹⁸ F. MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, p. 63.

Dentro da própria escola foram realizadas também algumas atividades:

- Campanha de solidariedade a favor dos mais desfavorecidos: os alunos de EMRC, estimulados por professores de outras disciplinas, incentivaram os colegas a participar nesta campanha. Foi grande a adesão, e o resultado da partilha de alunos e professores foi entregue a uma instituição de apoio aos carenciados da paróquia;

- Festa de Natal, na qual os alunos de EMRC participaram nas atividades preparadas pelas docentes;

- Tradicional Arraial na própria Escola, para o qual as professoras de EMRC organizaram uma exposição das atividades e dos trabalhos realizados pelos alunos ao longo do ano letivo. Esta festa, tal como tem sido habitual, foi aberta não só aos alunos, aos pais e aos professores, mas também a toda a comunidade envolvente.

De modo geral, todas as atividades mencionadas foram realizadas com sucesso e constituíram momentos significativos de aprendizagem e crescimento, não só para os alunos mas também para os docentes.

Os vários objetivos por vezes convergiram num ponto essencial: sensibilizar os alunos para a situação concreta da nossa sociedade. Por outro lado, contribuíram para a compreensão da matriz cultural, educando para os valores, ajudando a encontrar respostas para um projeto de vida e promovendo a relação comunitária. Esta é exatamente a tarefa da disciplina da EMRC.

5. Unidade letiva lecionada

O programa designa por “Ecumenismo” a UL 2 do 8º ano. Esta Unidade foi lecionada com o apoio do Manual do professor *Livres para amar*, que o aponta como movimento de

reconciliação dentro do cristianismo, com base no diálogo entre as diferentes tradições cristãs,¹⁹ um caminho que é obrigatório percorrer apesar de todos os limites e obstáculos.

Ecumenismo é, pois, a valorização de tudo o que une as Igrejas, num esforço de entendimento, respeito mútuo, diálogo e reconhecimento da dignidade do outro, apelando a um trabalho conjunto na construção de um mundo melhor.²⁰ As diferenças não são (ou não devem ser) interpretadas como promotoras de conflitos, mas sim como fonte de riqueza para a vida comunitária: a diversidade é um valor e é vista como fator determinante para a vida da Igreja.

5.1. Análise da UL 2

O tema da UL 2 é complexo e foi bastante difícil de trabalhar. Observando a realidade do nosso País (Portugal), a maioria considera-se cristã e católica. Os alunos, porém, têm melhor percepção sobre os novos movimentos religiosos, como as Testemunhas de Jeová, ou sobre religiões não cristãs do que sobre as diferentes Confissões cristãs pelo que, à partida, se mostraram indiferentes perante a questão da unidade da Igreja.

O Manual aponta conteúdos relevantes sobre o cristianismo e afirma: “O Cristianismo é a adesão a uma pessoa: Jesus Cristo [...]. Ser batizado não é aderir à doutrina de um mestre qualquer, [...] é estar em comunhão com Cristo”.²¹ Numa das aulas, cujo objetivo proposto era a identificação do cristianismo como uma comunidade de crentes na história humana, foi necessário transmitir aos alunos uma visão mais esclarecida sobre o conceito de cristianismo, religião que assenta a sua fé e a sua esperança em Jesus Cristo e está profundamente inserida

¹⁹ Cf. SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar*, 8º ano de Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do professor, p. 95.

²⁰ Cf. SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar*, 8º ano de Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do aluno, SNEC, Lisboa, 2009, p. 95.

²¹ Cf. SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para Amar*, 8º ano de Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do Professor, p.91.

na vida de muitas pessoas e de muitos povos. Além disso, considere também importante acrescentar que a pessoa humana é um ser essencialmente religioso, pois, desde os primórdios da História, encontramos indícios de crenças nas forças da natureza, de abertura a uma força sobrenatural que nos transcende.

Tive ainda necessidade de ajustar as propostas de atividades apresentadas no Manual para as adaptar à turma. Por exemplo, foi notório o esquecimento, da parte dos alunos, de alguns conteúdos lecionados no ano anterior sobre religião, pelo que decidi alterar a planificação e fazer uma revisão mais acentuada destes mesmos conteúdos do ano anterior. Obtive, deste modo, uma melhor adesão e compreensão dos conteúdos propostos nesta Unidade.

Acresce que 20% dos alunos nunca tiveram o caderno e outros, embora raramente, por vezes esqueceram-no. Tudo isto muito dificultou (aliás impossibilitou) um maior desenvolvimento das atividades realizadas.

Além disso, o horário disponível para a disciplina (à hora do almoço) foi um fator negativo na lecionação devido ao atraso sistemático dos alunos. As atividades previamente planificadas tiveram, geralmente, que ser simplificadas, de modo a ajustá-las ao tempo disponível para a sua realização, e houve vários casos em que foi necessário transitar conteúdos para a aula seguinte.

O tema “Ecumenismo” parece-me um desafio difícil para esta faixa etária e sou de parecer que os conteúdos propostos nesta UL não são adequados aos adolescentes que lecionei. Talvez lhes faltasse uma base sólida de vivência cristã, mas o típico nesta idade é a preocupação em ter ideias claras, determinadas e concretas, pelo que o essencial é transmitir-lhes sólidos valores humanos e o facto que o outro também é importante.

No entanto, mostrou ser muito adequado a esta faixa etária a apresentação de várias iniciativas e esforços significativos que marcaram o movimento ecuménico no século XX, tais como o movimento dos Focolares, Taizé e a Comunidade de Santo Egídio, como é indicado

no manual. A explicação do contributo de cada grupo, da sua importância e da colaboração prestada na construção da unidade da Igreja e da sociedade ajudou os alunos a compreender que, enquanto sensibilidade e esforço cristão, o ecumenismo fundamenta-se na vontade de Jesus: «*que todos sejam um*».

5.2. Pertinência da UL2 no processo de ensino-aprendizagem dos alunos

André Fossion, nos seus escritos, sublinha:

“Aprender a partir das religiões e não só a propósito das religiões significa ajudar os alunos a interrogarem-se sobre o sentido da vida, abrir-lhes o tesouro das religiões como recurso disponível para pensar e para viver, para crescer e para encontrar razões de viver.”²²

Neste contexto, esta UL contribui para clarificar as diferenças que existem entre as diferentes Confissões cristãs. Por outro lado, esta UL pode ajudar os alunos a “rasgar caminhos e proporcionar os recursos para que cada um, em liberdade, se possa descobrir a si mesmo, descobrindo os outros [...],”²³ encontrando o sentido de caminhos de cooperação concreta e de respeito pelos outros. Estas são pequenas experiências que, eventualmente, poderão fazê-los pensar ou, pelo menos, que podem despertar para o facto de que a unidade se faz, se constrói, caminhando juntos.

Além disso, a finalidade da EMRC é ajudar os alunos a encontrar sentido para a realidade humana, proporcionar-lhes momentos de diálogo e confronto de ideias e desenvolver qualidades próprias de aprendizagem. Isto implica abertura e diálogo na sala de aula e é importante a cooperação e interagida entre os elementos do núcleo.

²² A. FOSSION, *Dieu Désirable. Proposition de la foi et initiation*, Coleção Pédagogie Catéchétique 25, Lumen Vitae, Bruxelas, 2010, p. 204.

²³ F. MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, p. 60.

Logo no início da lecionação desta UL fui confrontada com várias questões e interrogações pertinentes da parte dos alunos, relativas à diversidade de crenças e à existência de outros movimentos religiosos na sociedade atual. Houve questões como: “*Estou confusa: eu não sei se devo acreditar em Deus ou em Lúcifer*”. Outra questão colocada foi: “*Deus ou as seitas?*” Certamente, trata-se de questões de cariz religioso mais do que ecuménico, mas, no diálogo com os alunos verifiquei que muitos se inscreveram na disciplina de EMRC a fim de encontrar caminhos para a resolução das suas incertezas e dos seus problemas, o que despertou a minha atenção para a importância, o interesse e a necessidade de uma explanação mais abrangente dos conteúdos lecionados. Este é um dos motivos da escolha do tema deste Relatório: *A unidade da Igreja - busca de fidelidade ao Evangelho de Jesus*.

Todas as Unidades Letivas têm a sua pertinência no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, apesar de isso ser mais visível umas que noutras. E porque “não há educação integral sem a consideração da dimensão religiosa”²⁴ como constitutiva da pessoa humana, o tema escolhido para o presente relatório pretende trabalhar a dimensão religiosa no contexto ecuménico, com o objetivo de desenvolver as outras dimensões essenciais da pessoa.

Sendo a EMRC uma disciplina opcional, não há obrigação de os alunos fazerem um percurso, podendo inscrever-se, pela primeira vez, em qualquer ano. Acresce que, atualmente, na nossa sociedade, a grande maioria tem uma muito deficiente formação religiosa e fraca vivência da fé que professa. Assim, o mais natural é que o professor de EMRC se depare com turmas muito díspares em termos de conhecimento por parte dos alunos. Neste enquadramento, as Unidades Letivas devem ou têm de ser acessíveis e adaptadas à realidade e ao interesse dos alunos, de forma a suscitar o desejo de frequentar a disciplina e prepará-los para a vida futura, estimulando a sua capacidade de responsabilização pessoal e escolar.

Consequentemente, o tratamento do tema em contexto escolar, exige a abordagem de dois aspetos basilares. Primeiro: o que é isto de “unidade da Igreja”? Como a entendemos? O

²⁴ SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, p. 4.

segundo refere-se ao modo como se poderá (deve) falar deste assunto a adolescentes desta idade, de modo a interessá-los por ele.

Capítulo II – A tarefa ecuménica, seu sentido e seus desafios

Analiso neste capítulo os fatores determinantes no Movimento Ecuménico “moderno”, (a partir do século XIX), a posição que a Igreja católica foi assumindo no século passado face à tarefa ecuménica e, em particular, o significado do Concílio Vaticano II. Em casa está fundamentalmente a procura de caminhos de cooperação ecuménica e iniciativas várias no sentido da comunhão dos cristãos e das várias Confissões cristãs existentes atualmente.

1. O Movimento Ecuménico e seus objetivos

A palavra “ecumenismo” provém do grego *oikouméne*, que tem como raiz *oikos* (casa, habitação, aldeia). *Oikouméne* designava, portanto, “a terra habitada”, “o mundo civilizado”, “o universo”. Os Padres da Igreja utilizaram-no para se referirem à “Igreja universal”. Com a queda do Império Romano, o termo deixou de ter conotações políticas e, a partir daí, adquiriu predominantemente o sentido de “representação de toda a Igreja” e “algo com validade universal”. Nesse sentido se designam os Credos da Igreja antiga e os Concílios que exprimem a fé com validade em toda a Igreja.²⁵

No século XIX, a palavra “ecumenismo” adquiriu um novo significado, começando a ser utilizada para designar as relações entre as diferentes Igrejas cristãs ou entre cristãos de diferentes Confissões, perante a consciência das separações existentes, num esforço pela realização da unidade da Igreja. Em 1846, no final de um encontro organizado pela Aliança Evangélica com a finalidade de congregar as várias Denominações que dividiam a tradição protestante, o pastor calvinista A. Monod agradeceu aos organizadores “o espírito

²⁵ Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, pp. 15-16.

verdadeiramente ecuménico” que tinham demonstrado, utilizando assim, pela primeira vez, o termo para indicar uma *atitude* (não um facto).²⁶

Só no século XX é que a palavra “ecumenismo” adquiriu um sentido mais preciso no vocabulário teológico e eclesial, indicando a consciência cristã perante os problemas das divisões dos cristãos. Refere-se às atitudes e ações organizadas no sentido de se procurar superar as divergências existentes na compreensão e vivência da fé, através de várias formas de encontro e diálogo, em ordem à realização da unidade da Igreja.²⁷

“Também entre os nossos irmãos separados, por moção da graça do Espírito Santo, surgiu um movimento cada vez mais intenso em ordem à restauração da unidade de todos os cristãos. Este movimento de unidade é chamado ecuménico.” (UR 1)

1.1. Breve história do Movimento Ecuménico até ao Concílio Vaticano II

Vários foram os fatores decisivos para o aparecimento do Movimento Ecuménico “moderno” no espaço anglo-saxónico e no seio do mundo protestante, o mais fracionado dos grupos cristãos. Dentre eles, na primeira metade do século XIX, destaca-se a redescoberta da Bíblia como fonte de espiritualidade, sobretudo em meios estudantis, aliado ao aparecimento das associações leigas mundiais de jovens; a grande expansão missionária do protestantismo, com a tomada de consciência da dificuldade de pregar o Evangelho face à realidade de uma Igreja dividida e marcada por práticas de concorrência na obra missionária; novos problemas sociais resultantes da industrialização e particularmente agudizados com as duas Guerras Mundiais.

Destes impulsos basilares resultaram as primeiras grandes Associações internacionais de cristãos, a nível de Movimentos estudantis, de diversas Sociedades missionárias ou mesmo de

²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 16.

²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 17.

Alianças confessionais.²⁸ Assim, em 1844, foi criada a Associação Cristã de Jovens; em 1846, constitui-se a Aliança Evangélica Universal; em 1867, realizou-se a primeira Conferência dos Bispos de Comunhão Anglicana, em Lambeth; no ano seguinte, 1868, surgiu a Aliança Luterana Mundial; a Aliança das Igrejas Reformadas apareceu em 1875; em seguida, em 1881, vinte e oito Igrejas fizeram-se representar numa conferência universal metodista, a qual pode ser intitulada Concílio Ecuménico Metodista; em 1886, formou-se o Movimento de Estudantes Voluntários para as Missões Estrangeiras; em 1891, reuniu-se pela primeira vez o Conselho Internacional das Igrejas Congregacionalistas; em 1895 nasceu a Federação Mundial dos Estudantes Cristãos, promovida pelo norte-americano John Mott; em 1905, formou-se a Aliança Batista Universal²⁹. Georges Tavard refere: “O século XIX foi, efetivamente, uma época de reagrupamentos, inclusive algumas Igrejas da mesma origem, mas separadas geograficamente, começaram a interessar-se umas pelas outras mais do que no passado.”³⁰

Foi neste encadeamento de acontecimentos que se fomentou de forma crescente a oração pela unidade como ponto nuclear de consciência ecuménica nos meios protestantes. Mas nos espaços católicos de renovação espiritual também existiam iniciativas de oração pela unidade da Igreja. O Papa Leão XIII, em 1895, recomendou a introdução de uma Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos na primeira semana de Pentecostes.³¹ Referia o Papa: “Trata-se de rezar por uma obra comparável à renovação do primeiro Pentecostes onde, no Cenáculo, todos os fiéis estavam congregados em redor da Mãe de Jesus, unânimes no pensamento e na oração”.³²

No início do século XX, destaca-se a figura de dois ministros norte-americanos Paul Wattson e Spencer Jones, vindos de tradição anglicana, que tomaram a iniciativa de lançar a ideia do Oitavário de Oração pela Unidade. Em 1908, Paul Wattson converteu-se ao catolicismo e

²⁸ *Ibidem*, p. 34.

²⁹ Cf G. TAVARD, *Ecumenismo: História e perspectivas actuais*, Coleção Igreja e missão, Ed. Missões, Cucujães, 1962, p. 32; J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, pp. 34-35.

³⁰ G. TAVARD, *Ecumenismo: História e perspectivas actuais*, p. 32.

³¹ Cf J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 35.

³² Citado por W. Kasper, em “Reflexões Do Cardeal Walter Kasper, *Caminho e significado do Movimento Ecuménico*” in <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/caminho-e-significado-do-movimento-ecumenico/> (acedido em 19-11-2016)

defendia que a finalidade da unidade era o retorno à Igreja católica. Em 1909, o Papa Pio X concedeu a sua bênção oficial a essa iniciativa e converteu-a no “Oitavário de Orações pela União das Igrejas”, que ainda hoje celebramos entre 18 a 25 de Janeiro. Bento XV, por sua vez, apoiou-a e introduziu-a de modo definitivo na Igreja católica. Mais tarde, em 1935, Paul Coutourier inovou este momento de oração, precisando: “Não se exige a renúncia à própria fé [...], mas é necessário rezar, não diretamente por uma conversão ou um regresso, mas por um crescimento espiritual de todos os cristãos.”³³ Deu-lhe, assim, um impulso verdadeiramente ecuménico, passando a ser designado por “Semana Universal de Oração pela Unidade dos Cristãos”, o que acentua uma visão de unidade da Igreja “como Cristo quer e segundo os instrumentos que Ele mesmo deseja.”³⁴ Desde 1968 os temas e os textos que servem de guião para a celebração destes dias são preparados conjuntamente por cristãos de diversas Confissões por designação conjunta do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos e do Conselho Ecuménico das Igrejas.³⁵

O desenvolvimento da consciência ecuménica traduziu-se, nos inícios do século XX, na organização de Conferências de âmbito mundial. Em 1910 realiza-se a Conferência Missionária Mundial, em Edimburgo, considerada o marco oficial iniciador do Movimento Ecuménico dos tempos modernos. Esta Conferência, que reuniu representantes de 159 Sociedades missionárias não católicas,³⁶ buscava caminhos de cooperação entre Sociedades missionárias e possibilitou a compreensão da missão e empenhamento na unidade visível entre cristãos. Além disso, teve “um papel catalisador no sentido de estimular a responsabilidade social e política dos cristãos.”³⁷ Os anglicanos tinham exigido que não fossem abordadas questões dogmáticas ou assuntos de política das Igrejas, sobre os quais havia posições muito díspares. No entanto, foi em Edimburgo que

³³ Citado por G. TAVARD, em *Ecumenismo: História e perspectivas actuais*, p. 185.

³⁴ J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 36.

³⁵ Cf. *Ibidem* p. 36.

³⁶ Cf. *Ibidem*, p. 37.

³⁷ *Ibidem*, p. 38.

surgiu a ideia, lançada por Charles Brent, de organizar conferências mundiais para, em termos oficiais, “tratar de questões relacionadas com a fé e a constituição das Igrejas.”³⁸

Assim, a realização desta Conferência estimulou a criação de dois movimentos que estão na origem da fundação do Conselho Ecumênico das Igrejas: “Para o Cristianismo Prático (*Life and Work*)” e “Fé e Constituição (*Faith and Order*)” das Igrejas. O primeiro dá continuidade aos diversos Congressos para o Cristianismo Social na Europa e visa recuperar a unidade perdida através da colaboração prática dos cristãos. Tem como lema: “A doutrina separa, o serviço une”. De sublinhar que a primeira conferência deste movimento decorreu em 1925, em Estocolmo, e foi presidida por Nathan Söderblom, arcebispo luterano de Upsala (Suécia). Tomaram parte nesta conferência cerca de 600 delegados de mais de 30 países.³⁹

O Movimento para a “Fé e Constituição” das Igrejas procura a unidade cristã em questões de doutrina e de estrutura eclesial. Efetuou a sua primeira conferência em Lausana, Suíça, em 1927, em que participaram cerca de 400 delegados de 108 Igrejas. Foi presidida pelo bispo Charles Brent.⁴⁰

Estes dois Movimentos - “Fé e Constituição” e “Para o Cristianismo Prático” - estão na origem do Conselho Ecumênico das Igrejas ou Conselho Mundial das Igrejas, em que mais tarde se integrou o Conselho Missionário Internacional (1961).⁴¹

“Congrega atualmente 349 Igrejas, Denominações e Comunidades de Igrejas de mais de uma centena de países, representando cerca de 550 milhões de cristãos. Tem como membros a maior parte das Igrejas Ortodoxas, um grande número das anglicanas, luteranas, reformadas, metodistas e batistas, bem como numerosas Igrejas unidas e independentes.”⁴²

³⁸ *Ibidem*, p. 37.

³⁹ Cf. *Ibidem*, p. 38.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Cf. *Ibidem*, p. 39.

⁴² *Ibidem*, p. 40.

O trabalho realizado pelo Conselho Ecuménico das Igrejas, nomeadamente pelas suas Assembleias Gerais, tem contribuído significativamente para a evolução ecuménica no campo não católico.

Face ao Movimento Ecuménico crescente, a Igreja católica manteve uma atitude de profunda reserva, até mesmo de rejeição, dada a sua origem protestante. A autoridade eclesiástica católica romana via nas Igrejas provenientes da Reforma a causa da divisão do cristianismo, a fonte de tendências racionalistas e uma certa degeneração da fé. Mas, acima de tudo, esta posição resultava da convicção de a Igreja católica ser a única verdadeira Igreja de Jesus Cristo. Isso implicava uma conceção de unidade baseada na conversão dos “cristãos separados”, num caminho de submissão a Roma. Esta é, exatamente, a posição assumida por Pio IX nas cartas de convite à reconciliação, enviadas por ocasião do Concílio Vaticano I (1869-1870), uma aos cristãos do Oriente e outra aos protestantes e não católicos.

Com Leão XIII verifica-se uma progressiva abertura ao ecumenismo. Cerca de 30 documentos tocam temas relativos à unidade e revelam uma maior abertura ao que, de positivo, conservam os cristãos separados.⁴³

Pio XI dedicou particular atenção aos cristãos ortodoxos, considerando indispensável a criação de um ambiente favorável à compreensão e ao amor mútuos, o que exigia um maior conhecimento da realidade dos cristãos orientais. Esse é exatamente o tema da sua encíclica *Rerum Orientalium* (1928). Mas, por outro lado, na sua Encíclica *Mortalium Animos*, referindo-se ao Movimento Ecuménico, afirma, no n. 10, que

“é manifestamente claro que a Santa Sé não pode, de modo algum, participar de suas assembleias e que, aos católicos, de nenhum modo é lícito aprovar ou contribuir para estas iniciativas: se o fizerem concederão autoridade a uma falsa religião cristã, sobremaneira alheia à única Igreja de Cristo.”⁴⁴

⁴³ Cf. *Ibidem*, p. 49.

⁴⁴ PIO XI, *Encíclica Mortalium Animos*, in http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html (acedido em 09-10-2016).

Pio XII, na encíclica *Mystici Corporis*, mantém a posição tradicional de identificação da Igreja de Jesus Cristo com a Igreja católico-romana, mas no seu pontificado começam a notar-se tendências de mudança. Assim, com a Instrução *Ecclesia Catholica*, de 20 de Dezembro de 1949, aparece o primeiro pronunciamento oficial positivo, embora ainda com muitas precauções, face ao Movimento Ecuménico. Nesse documento o Papa afirma: “a Igreja segue com interesse os esforços a favor da unidade. Reconhece-se [...] a acção do Espírito de Deus, pelo que a Igreja aprova esses esforços e reza pelo seu êxito”. Mas insiste que “a busca da unidade deve processar-se pelo recto caminho, pelo que é necessário fixar os princípios do ecumenismo católico”.⁴⁵

Entretanto, apesar da posição institucional e oficial da Igreja católica romana, no século XX há várias iniciativas de cristãos individuais e de instituições inseridas no chamado “ecumenismo espiritual”, particularmente fomentado nalguns centros de oração e estudo. Destacam-se, neste âmbito, a abadia beneditina de Chevetogne, na Bélgica (dedicada ao estudo do monaquismo e da espiritualidade orientais); o Centro Istina (dominicanos), em Paris; o Centro Santo Ireneu, em Lyon; a fraternidade alemã *Una Sancta*; o Instituto Johann-Adam Möhler, de Paderborn, na Alemanha; a comunidade monástica de Bose, em Itália, e a comunidade de Taizé, em França (fundada por Roger Schutz, no pós-guerra). Paralelamente, alguns teólogos desenvolviam um trabalho pioneiro em termos de reflexão teológica. De entre eles, destaca-se o dominicano Yves Congar, que veio posteriormente a desempenhar um papel relevante no Concílio Vaticano II.⁴⁶

Mas a grande mudança deu-se, finalmente, com João XXIII e com o Vaticano II. Não foi propriamente uma rutura, mas sem dúvida que se pode falar de um *antes* e de um *depois* na história da relação da Igreja católica romana com as demais Igrejas cristãs, que a partir do Concílio se insere com as suas perspectivas próprias no Movimento Ecuménico mais amplo.

⁴⁵ J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, pp. 50-51.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 43-44.

1.2. Significado do Concílio Vaticano II – O Decreto sobre o Ecumenismo

“A restauração da unidade dos cristãos foi indiscutivelmente uma das preocupações e uma das marcas principais do pontificado de João XXIII e do Concílio por ele idealizado, convocado e inaugurado.”⁴⁷ Na verdade, o Concílio Vaticano II mudou definitivamente a relação da Igreja católica com as demais Igrejas cristãs. “O Papa João XXIII queria ardentemente que a Igreja mudasse de mentalidade, para poder melhor enfrentar e acompanhar as transformações do mundo moderno.”⁴⁸ E, de facto, o Concílio é hoje entendido como um sopro renovado do Espírito que conduz a Igreja, tornando-a mais aberta e mais dialogante com o mundo.

Na preparação do Concílio, o Papa João XXIII traçou um verdadeiro programa de ecumenismo espiritual, pedindo a todos que se entregassem à oração. Como é sabido, foi a 25 de Janeiro de 1959, no encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, que anunciou a intenção de convocar o Concílio, tendo como um dos seus objetivos a restauração da unidade dos cristãos. Na carta aos Bispos (convocação do Concílio), em Abril de 1959, escreveu: “Renovamos o nosso convite aos fiéis das comunidades separadas para que também elas nos acompanhem amavelmente nesta busca da unidade e de graça à qual tantas almas aspiram de todos os pontos da terra.”⁴⁹ O convite feito influenciou a orientação do Movimento Ecuménico nos meios ortodoxos e nos espaços anglicano e protestantes.

Uma série de medidas garantiu que a problemática ecuménica não se perdesse num vazio de “boas intenções”. Concretamente, foi criado o Secretariado para a União dos Cristãos (em 15.6.1960) e foi dirigido convite a observadores ortodoxos, anglicanos e protestantes.

⁴⁷ FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR, *Igreja Católica e o Movimento Ecuménico: Na celebração dos 50 anos de abertura do Concílio Vaticano II*, p. 1, in <http://www.vidapastoral.com.br/ano/2012/a-igreja-catolica-e-o-movimento-ecumenico-na-celebracao-dos-50-anos-de-abertura-do-concilio-vaticano-ii/>, (acedido em 17-11-2016).

⁴⁸ B. MARTINS, *Vaticano II 50 anos 50 olhares*, Paulus Editora, Lisboa, 2012, p 211.

⁴⁹ G. TAVARD, *Ecumenismo: História e perspectivas actuais*, p. 275.

Assinala-se também a presença de um delegado católico-romano na assembleia do Conselho Mundial das Igrejas, em Nova Deli (1960).⁵⁰

Importa sublinhar que o Secretariado para a União dos Cristãos foi elevado ao nível de uma Comissão Conciliar poucos dias antes do início da 1ª sessão do Concílio, o que significa que os seus membros (todos designados diretamente pelo Papa) ficaram em situação de igualdade com as restantes Comissões. Este organismo, à data presidido pelo Cardeal Bea, teve importância fulcral na orientação global do Vaticano II e, em particular, nalguns dos seus documentos. Como é conhecido, este Secretariado foi transformado, posteriormente, no atual Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Foi seu primeiro presidente o Cardeal Bea, seguido pelos Cardeais W. Willebrands (1969-89), E. I. Cassidy (1989-2001), W. Kasper (2001-2010) e, presentemente, K. Koch.⁵¹

A orientação ecuménica do Concílio consagra a importância primordial do ecumenismo na vida da Igreja do nosso tempo e expressa-se particularmente no Decreto sobre o Ecumenismo *Unitatis Redintegratio* (UR). Foi votado globalmente a 19 de novembro de 1964, precisamente no mesmo dia em que foi votada a Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* (LG). Não se trata de mera coincidência, mas este facto salienta que a LG, que introduz vários aspetos de renovação eclesiológica, é a chave de interpretação do UR. A abertura ecuménica na LG é muito explícita no modo como se entende a relação da Igreja católica com as outras Igrejas e Comunidades eclesiais, superando a conceção tradicional de identificação pura e simples da “Igreja de Jesus Cristo” com a “Igreja católica romana” (cf. LG 8) e admitindo a realidade eclesial e o papel salvífico de outras Igrejas e Comunidades eclesiais existentes (cf. LG 13-16; UR 3).

Significativa é, também, a Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa, que reconhece a liberdade religiosa como um direito social e civil a ser respeitado na sociedade

⁵⁰ Cf. FRANCISCO DE AQUINO JÚNIOR, *Igreja Católica e o Movimento Ecuménico. Na celebração dos 50 anos de abertura do Concílio Vaticano II*, pp. 1-2.

⁵¹ Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *Ecumenismo: situação e perspectivas*, p. 52.

e pelo Estado. A falta de reconhecimento do direito à liberdade religiosa era, em muitos países, um dos problemas mais graves no relacionamento entre cristãos.

O Decreto *Unitatis Redintegratio*, considerado a “Magna Carta” católica do ecumenismo, começa com um *Proêmio* onde, logo à cabeça, aponta a restauração da unidade dos cristãos como um dos “principais objetivos” do Concílio. Ainda no n. 1, reconhece o Movimento Ecuménico como dom do Espírito, entendendo-o como “as actividades e iniciativas que são suscitadas e ordenadas, segundo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos” (UR 4), e indica o objetivo do Decreto:

“[...] movido pelo desejo de restaurar a unidade de todos os cristãos, quer propor a todos os católicos os meios, os caminhos e as formas com que eles possam corresponder a esta vocação e graça divina.” (UR 1)

O ecumenismo é exigência de fidelidade ao Espírito Santo e nele participam “os que invocam Deus Trino e confessam a Cristo como Senhor e Salvador, não só individualmente mas também reunidos em assembleia” (UR 1). A busca de caminhos de unidade torna-se, por isso, orientação irreversível da Igreja católica, em diálogo com as outras Igrejas e Comunidade eclesiais, como aponta a conclusão do Decreto:

“Este sagrado Concílio deseja insistentemente que as iniciativas dos filhos da Igreja católica juntamente com as dos irmãos separados se desenvolvam; que não se ponham obstáculos aos caminhos da Providência; e que não se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo.” (UR 24)

Contrariamente ao que se advogava antes, afirma-se agora que não há um “ecumenismo católico”, mas princípios católicos do ecumenismo (UR 2), ou seja, há critérios com os quais a Igreja católica se integra e participa no Movimento Ecuménico. A busca da unidade exige de todos decisões e mudanças de comportamento na consciência de pertença à única Igreja de Jesus Cristo, o que “vale para toda a Igreja, tanto para os fiéis com para os

pastores” (UR 3). Neste campo, todos somos chamados a participar, “todos somos especialistas, cada um à sua maneira.”⁵²

A visão católica de unidade da Igreja é sublinhada sem rodeios: “Esta unidade, desde o início Cristo a concedeu à Sua Igreja. Nós cremos que esta unidade subsiste indefectivelmente na Igreja católica e esperamos que cresça de dia para dia, até à consumação dos séculos” (UR 4). É apontada a importância da tarefa ecumênica na formação teológica dos pastores, fiéis e missionários, de modo que em todos cresça a sensibilização para a sua importância (cf. UR 10). E, no diálogo a realizar para tratar as questões teológicas, os peritos (sob vigilância dos superiores) devem “agir de igual para igual”, procurando um “melhor conhecimento da doutrina e história, da vida espiritual e litúrgica, da psicologia religiosa e da cultura própria dos irmãos” (UR 9).

O Decreto reconhece, quase logo no início, a responsabilidade que os católicos também tiveram nas divisões, declarando que a separação dos cristãos deu-se “algumas vezes não sem culpa dos homens dum e doutro lado” (UR 3). Reconhece-se, conseqüentemente, a necessidade de um perdão mútuo: “Por isso, pedimos humildemente perdão a Deus e aos irmãos separados, assim como também nós perdoamos àqueles que nos ofenderam” (UR 7).

A base fundamental da atitude ecumênica conciliar é a nova consciência da comunhão, certamente ainda parcial, já existente. Constata-se assim que os cristãos que nascem em comunidades separadas da Igreja católica e aí são instruídos na fé de Cristo

“não podem ser acusados do pecado da separação e a Igreja católica os abraça com fraterna reverência e amor. [...] justificados no Baptismo pela fé, são incorporados a Cristo, e [...] reconhecidos pelos filhos da Igreja católica como irmãos no Senhor.” (UR 3)

Particularmente relevante, como já referi, é o reconhecimento da existência de elementos comuns de santificação e de verdade:

⁵² W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos. Escritos de ecumenismo I*, Sal Terrae, Maliaño, 2014, p. 377.

“Ademais, dentre os elementos ou bens com que, tomados em conjunto, a própria Igreja é edificada e vivificada, alguns e até muitos e muito importantes podem existir fora do âmbito da Igreja católica: a palavra de Deus escrita, a vida da graça, a fé, a esperança e a caridade e outros dons interiores do Espírito Santo e elementos visíveis. Tudo isso, que de Cristo provém e a Cristo conduz, pertence por direito à única Igreja de Cristo.” (UR 3)

Essa a razão apontada para concluir com uma das afirmações mais notáveis do Concílio, relativa à valorização da realidade eclesial existente fora do espaço visível da Igreja católica:

“Por isso, as Igrejas e Comunidades separadas, embora creiamos que tenham defeitos, de forma alguma estão despojadas de sentido e de significação no mistério da salvação. Pois o Espírito de Cristo não recusa servir-se delas como de meios de salvação cuja virtude deriva da própria plenitude de graça e verdade confiada à Igreja católica.” (UR 3)

Outro aspeto inovador apontado no Decreto é a exortação aos teólogos para que, na apresentação da doutrina católica, tenham em conta o princípio da “hierarquia das verdades”:

“Na comparação das doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou «hierarquia» das verdades da doutrina católica, já que o nexos delas com o fundamento da fé cristã é diferente. Assim se abre o caminho pelo qual, mediante esta fraterna emulação, todos se sintam incitados a um conhecimento mais profundo e a uma exposição mais clara das insondáveis riquezas de Cristo.” (UR 11)

Concluindo: para os católicos, o Concílio Vaticano II surgiu como uma porta aberta a uma nova forma de estar, de pensar e de agir, abrindo uma nova era de propostas, de transformações e de adaptações no caminho de cooperação ecuménica. Ele foi um marco fundamental, abrindo caminhos de encontro, de diálogo e de cooperação intraeclesial, de convergência e fidelidade a Jesus Cristo e à Sua Palavra.

Ecumenismo é tarefa de renovação e conversão permanente da Igreja, numa “maior fidelidade à própria vocação” (UR 6), e “não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior” (UR 7). E o Concílio acentuou que a tarefa ecuménica diz respeito a todos, tanto fiéis como pastores, cada um segundo a sua capacidade, e tanto na vida quotidiana como nas investigações teológicas e históricas. Ser católico implica a preocupação pela busca de unidade, em tudo o que se é e se faz.

2. Unidade da Igreja como dom e tarefa

A referência ao “testamento” de Jesus, rezando pela unidade dos futuros discípulos, é tema obrigatório em todo o texto sobre ecumenismo. O Concílio Vaticano II afirma, depois de mencionar Gl 3,27-28:

“O Espírito Santo habita nos crentes, enche e rege toda a Igreja, realiza aquela maravilhosa comunhão dos fiéis e une a todos tão intimamente em Cristo, que é princípio da unidade da Igreja.” (UR 2)

Já no século III, S. Cipriano aponta a unidade como característica irrenunciável da Igreja, simbolizada pela túnica de Cristo sem costuras:

“Há um só Deus, um só Cristo, uma só é a Igreja, uma só a fé, um só povo cristão, estreitado em firme unidade pelo cimento da concórdia: e não se pode separar o que é uno por natureza.”⁵³

Mas importa salientar que a busca da unidade não é um fim em si mesmo, mas sim “para que o mundo creia” (Jo 17,21 e Jo 17,23)! A busca de unidade está ao serviço de um mais autêntico testemunho cristão do Evangelho.⁵⁴ E só em comunhão podemos ser, no mundo, sinal e instrumento de unidade e de paz.

2.1. A unidade como dom de Deus

O Catecismo de Igreja Católica refere: “O desejo de recuperar a unidade de todos os cristãos é um dom de Cristo e um apelo do Espírito Santo” (CIC 820). Continua ainda,

⁵³ CIPRIANO DE CARTAGO, *A unidade da Igreja católica*, referido por BENTO XVI, Audiência geral de 6 de Junho de 2017, in http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2007/documents/hf_ben-xvi_aud_20070606.html (acedido em 18-11-2016).

⁵⁴ Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: situação e perspectivas*, p. 27.

referindo o n. 5 de UR: “A preocupação de realizar a união diz respeito a toda a Igreja, fiéis e pastores” (CIC 821).

Trata-se de uma unidade que só é possível atingir a partir de Deus, por meio de Cristo e pela ação do Espírito Santo. Todos reconhecem que a vivência da unidade numa só e única Igreja de Cristo ultrapassa as forças e capacidades humanas. A unidade “é um dom que permanece apesar da realidade das divisões, dom ligado ao caráter definitivo do acontecimento Jesus Cristo e ao significado que a Igreja tem nesse acontecimento”.⁵⁵ A unidade, como salientou o Papa Bento XVI, não é um fenómeno do mundo:

“[...]é impossível extraí-la das forças próprias do mundo: Como vemos as forças do mundo levam à divisão, e a unidade só pode vir do Pai por meio do Filho. Tem a ver com a «glória» que o Filho dá, com a sua presença, que nos é concedida através do Espírito Santo; uma presença que é fruto da Cruz, da transformação do Filho na morte e na ressurreição”.⁵⁶

Importa ter em conta que a unidade não é um atributo secundário. O Papa João Paulo II sublinhou-o de modo inequívoco:

“Esta unidade, que o Senhor deu à sua Igreja [...], não é um elemento acessório, mas situa-se no centro mesmo da sua obra. Nem se reduz a um atributo secundário da Comunidade dos seus discípulos. Pelo contrário, pertence à própria essência desta Comunidade. Deus quer a Igreja, porque Ele quer a unidade, e na unidade exprime-se toda a profundidade da sua *ágape*.” (UUS 9)

Jesus aponta aos seus discípulos uma identidade específica, de relação de comunhão com Ele e, por meio d'Ele, com o Pai. É essa relação que deve fundamentar a identidade daquele que segue atrás do Mestre. Jesus propõe uma unidade sem exclusão, reza para que façamos parte de uma grande família, na qual Deus é nosso Pai e todos nós somos irmãos. É

⁵⁵ J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: situação e perspectivas*, p. 92.

⁵⁶ J. RATZINGER, BENTO XVI, *Jesus de Nazaré. Da Entrada em Jerusalém até à Ressurreição*, Ed. Principia, Cascais, 2011, p. 86.

este o verdadeiro fundamento da comunidade dos discípulos, a base da unidade da Igreja. E a tarefa ecuménica diz respeito a todos os cristãos, qualquer que seja a sua Confissão religiosa.⁵⁷

Está em causa toda uma atitude de conversão, na abertura às interpelações de Deus e na busca de fidelidade ao Evangelho. Esta conversão interior – salienta o Concílio – pode ser chamada ecumenismo espiritual (cf. UR 8). Dentro do ecumenismo espiritual, a oração ocupa um lugar central. Na oração pela unidade exprime-se decisivamente a abertura do coração a Deus, na vivência da comunhão e no acolhimento dos dons de Deus. Escreve João Paulo II na *Ut Unum Sint*:

“ Se os cristãos, apesar das suas divisões, souberem unir-se cada vez mais em oração comum ao redor de Cristo, crescerá a sua consciência de como é reduzido o que os divide em comparação com aquilo que os une. Se se encontrarem sempre mais assiduamente diante de Cristo na oração, os cristãos poderão ganhar coragem para enfrentar toda a dolorosa realidade humana das divisões, e reencontrar-se-ão juntos naquela comunidade da Igreja, que Cristo forma incessantemente no Espírito Santo, apesar de todas as debilidades e limitações humanas.” (UUS 22).

Nesta ótica, a oração ecuménica vivida na fidelidade a Jesus Cristo é reconhecida como veículo que possibilita um novo olhar na compreensão da história das divisões na Igreja e sobre o cristianismo. A oração estimula e encoraja a esperança cristã para a renovada confiança em Cristo, frutifica na conversão pessoal indispensável para autêntica procura da unidade e fidelidade ao mesmo Cristo. E todos, sem exceção, são chamados a acolher a preocupação ecuménica e “podem, independentemente do seu papel na Igreja e da sua formação cultural, dar um contributo ativo, numa dimensão misteriosa e profunda” (UUS 70).⁵⁸

⁵⁷Cf. J. E. B. de PINHO, “A urgência da tarefa ecuménica. Notas para uma leitura da encíclica *Ut Unum Sint*”, *Brotéria*, Vol. CXXI (1995) pp. 454-455.

⁵⁸ J. E. BORGES DE PINHO, “A urgência da tarefa ecuménica”, p. 458.

2.2. Uma unidade visível

Para que seja evidente a força presente e operante de Deus, é importante que a unidade da comunidade seja algo de muito concreto. Não basta uma unidade “invisível” para que o mundo reconheça Cristo como o enviado do Pai, salientou o Papa Bento XVI.⁵⁹ E logo na sua primeira mensagem dirigida aos Cardeais eleitores, a 20 de Abril de 2005, assumiu “de forma plenamente consciente, como principal obrigação, a tarefa de trabalhar com todas as forças pela restauração da plena e visível unidade de todos os discípulos de Cristo.”⁶⁰ E acrescentava: “Este o meu afã, este o meu dever urgente.”⁶¹

Desde os primórdios do cristianismo, a vivência da comunhão procurou traduzir-se em gestos e sinais visíveis. Três elementos emergiram nos primeiros séculos como fundamentais para a unidade: o Símbolo da Fé, o cânone da Escritura e a sucessão apostólica. A unidade destes três elementos constitutivos da Igreja foi vista como a verdadeira garantia de que “«a Palavra» possa «ressoar de modo autêntico» e «a tradição seja mantida»”⁶², de modo que os cristãos possam viver em fidelidade ao Evangelho, buscando o essencial.

A Igreja católica, bem como as Igrejas ortodoxas, partilham da convicção da Igreja antiga de uma unidade visível na confissão da mesma fé, na vida sacramental e nos ministérios eclesiais. Subjacente está a convicção da inseparabilidade da comunhão eclesial e da comunidade confessional, pelo que se procura que as várias Igrejas se reconheçam como Igrejas irmãs, com base na confissão de uma fé comum.⁶³

Diferente é a posição protestante que, em vez de uma *communio* eclesial, no sentido estrito e pleno da palavra, procura antes um mútuo reconhecimento das diversas realidades eclesiais como Igrejas e, portanto, como partes da única Igreja de Jesus Cristo. Este objetivo encontrou a sua expressão mais clara no Acordo de Leuenberg, celebrado em 1973, com o

⁵⁹ Cf. J. RATZINGER, BENTO XVI, *Jesus de Nazaré. Da Entrada em Jerusalém até à Ressurreição*, pp. 85-87.

⁶⁰ Citado por W. KASPER em *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 25.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² J. RATZINGER, BENTO XVI, *Jesus de Nazaré. Da Entrada em Jerusalém até à Ressurreição*, p. 89.

⁶³ Cf. K. KOCH, “Unidade da Igreja numa perspectiva ecuménica”, *Communio*, Ano XXXI (2014) p. 320.

qual se desenvolveu o modelo de “comunidade de Igrejas”, comunidade de Igrejas de Confissão diferente que garantem, entre si, a comunhão na palavra e no sacramento, incluindo o reconhecimento mútuo da ordenação (comunhão no púlpito e na Ceia do Senhor). As Igrejas continuam a existir separadamente mantendo a sua identidade confessional como realidades institucionais autónomas, mas reconhecem-se mutuamente como Igrejas.⁶⁴

Na perspetiva católica, diferentemente, procura-se como meta, na restauração da unidade entre os cristãos separados, a comum confissão da fé, a *communio* sacramental e a unidade nos ministérios eclesiais. Assim o afirmou o Papa Bento XVI, na pregação feita na celebração das Vésperas por ocasião da conclusão da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, na Basílica de São Paulo Fora de Muros, em 25 de janeiro de 2011:

“O que desejamos é a unidade pela qual o próprio Cristo orou e que, segundo a sua natureza, se torna visível na comunidade da fé, dos sacramentos, do ministério. O caminho para esta unidade deve apreender-se como imperativo, como resposta a um apelo concreto do Senhor.”⁶⁵

A questão do primado do Bispo de Roma, um aspeto de crucial dificuldade no diálogo ecuménico, entende-se dentro desta unidade visível em termos de ministérios eclesiais e seu papel na Igreja nos diversos níveis da sua vida.

Hoje as principais Confissões cristãs afirmam que a unidade a realizar é a unidade visível da Igreja.⁶⁶ No entanto, persistem divergências profundas entre a Igreja católica romana e as Igrejas provenientes da Reforma quanto à forma e obrigatoriedade de aspetos visíveis-institucionais considerados importantes na perspetiva católica.

⁶⁴ *Ibidem.*

⁶⁵ *Ibidem.*

⁶⁶ Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: situação e perspectivas*, p. 110.

2.3. Unidade na diversidade

É hoje consensual que a unidade possível entre todos os cristãos terá de ser uma unidade na diversidade, ou seja, não uma uniformidade abrangendo todos e quaisquer aspetos da vivência cristã, mas uma unidade que admite pluralidade:

“Este é o sagrado mistério da unidade da Igreja, em Cristo e por Cristo, realizando o Espírito Santo a variedade dos ministérios. Deste mistério o supremo modelo e princípio é a unidade dum só Deus, o Pai e o Filho no Espírito Santo, na Trindade de pessoas.” (UR 2)

Ao confessarmos a Trindade, confessamos um só Deus em três pessoas divinas e distintas entre si. Na tri-unicidade divina vive e subsiste uma diversidade de pessoas, e “o Deus trino - escreve o Cardeal Kurt Koch - é em si uma comunhão viva na unidade relacional originária do amor.”⁶⁷ E acrescenta que, à luz do mistério da Trindade, a Igreja surge como espaço de salvação escolhido pelo Deus trino: “A unidade eclesial e ecuménica enraíza-se [...] na comunhão trinitária, e a Igreja é ícone da Trindade”.⁶⁸ Mas só o poderá ser realmente se as diferenças causadoras da cisão eclesial forem superadas num processo de purificação e de reconciliação.

A via a seguir, portanto, deverá ser a de uma

“unidade na diversidade que, mantendo o essencial na verdade e na prática da fé, seja verdadeira e completa expressão da catolicidade da Igreja de Jesus Cristo, na diversidade de tempos e de espaços, na multiplicidade de experiências diferentes, na riqueza complementar de dons ao serviço de todos.”⁶⁹

Neste âmbito, é imprescindível adquirir-se uma consciência cultural ecuménica de uma Igreja una como diversidade reconciliada que, para além de ser capaz de tolerar diferenças legítimas (sem cedências ou renúncias ilegítimas), é também capaz de captar os

⁶⁷ Cf. K. KOCH, “Unidade da Igreja numa perspectiva ecuménica”, p. 329.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ J. E. B. de PINHO, “Teologia ecuménica. Questões e tarefas de ordem metodológica e hermenêutica”, *DIDASKALIA XXXIX* (2009) p. 82.

valores de realização existencial humana e cristã contida nessas diferenças. Trata-se de uma diversidade que, para além de legítima, é valiosa.

O ecumenismo entende-se como acolhimento das riquezas do outro e disponibilidade para a correção dos próprios limites a partir da percepção dos valores do outro. Isto equivale a acolher o dado básico que a diversidade enriquece a Igreja na sua realidade vivencial e na sua capacidade de cumprir a sua missão. Afirma o Papa João Paulo II: “O intercâmbio de dons entre as Igrejas, na sua complementaridade, torna fecunda a comunhão” (UUS 57). Uma Igreja una, concebida como “diversidade reconciliada”, é capaz não só de tolerar diferenças legítimas, mas também de captar os valores de realização existencial e cristã contidos nessas diferenças.

Acresce que é necessário distinguir entre intencionalidade fundamental da fé e sua expressão: “É certamente possível testemunhar a própria fé e explicar a sua doutrina de um modo que seja correto, leal e compreensível, e simultaneamente tenha presente tanto as categorias mentais, como a experiência histórica concreta do outro” (UUS 36).

Um exemplo a sublinhar, embora pouco conhecido, é a união com as Igrejas orientais antigas (coptas, sírios, arménios e outros). Estas igrejas católicas separaram-se da grande Igreja (Igreja-Mãe) no século V, por não assumirem as duas naturezas do Verbo incarnado numa só pessoa (*phýsis* e *persona*), expresso no Credo por: “Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro homem”. Esta fórmula foi estabelecida no Concílio da Calcedónia (em 451). De notar que o problema das diferenças não reside na fé mas na terminologia, ou seja no modo como cada Igreja exprime a sua convicção de fé na mesma Pessoa, Jesus Cristo. Todos procuram o mesmo Cristo, embora exprimindo-se de formas diferentes.

Concluindo: a diversidade não é vista como uma debilidade, mas sim como uma riqueza. Não se procura uma Igreja unitária e uniforme, mas sim entendimento e reconciliação em matéria de fé, sabendo dos limites que toda a linguagem tem e reconhecendo a profundidade do Mistério que suporta a existência crente. Isto conduz a que uma pluralidade

separadora se transforme em variedade reciprocamente enriquecedora, numa “diversidade reconciliada”.

As reflexões ecumênicas conciliares e pós-conciliares levam à conclusão que a Igreja católica não pode assumir uma atitude de autossuficiência eclesiológica, que a sua aspiração ou pretensão de catolicidade não pode ser vivida à margem do contributo dos valores existentes nas outras Igrejas e Comunidades eclesiais. A percepção de que a unidade a realizar é uma “unidade na legítima diversidade”⁷⁰ permite compreender que a busca da comunhão entre as Igrejas assenta em critérios e nas exigências daquela unidade que é considerada “necessária e suficiente”.⁷¹

2.4. Unidade necessária e suficiente

A unidade que Deus nos pede e que somos chamados a construir não encontrou ainda uma resposta minimamente consensual e satisfatória. Houve, é certo, nestes 50 anos de pós-Concílio, já avanços significativos na clarificação de divergências doutrinárias e na formulação de objetivos e expressões de uma unidade visível a concretizar, na consciência de que a Igreja una só pode ser entendida como “unidade na diversidade”, como “diversidade reconciliada”, como “comunhão de Igrejas”.

Neste contexto tem crescido a convicção de que a busca da comunhão entre as Igrejas não se enquadra em exigências maximalistas de um consenso total na linguagem e nas expressões de fé, o que corresponderia, em última análise, a uma mentalidade uniformizante. Mas é ainda pequeno o avanço alcançado na clarificação dos elementos de unidade que são realmente indispensáveis, numa linha de exigência de fidelidade ao Evangelho. A busca de uma unidade visível entre as Igrejas, num processo de diálogo e de descoberta recíproca, não

⁷⁰ Cf. *UUS*, nº 54.

⁷¹ Cf. *UUS*, nº 78.

pode cair na tentação de impor “qualquer encargo para além do que é necessário” (cf. At 15,28; UUS 78).

Ressalta, portanto, a necessidade de refletir profundamente sobre a questão do diálogo como um dos elementos fundamentais e indispensáveis para a unidade, diálogo este que assenta na capacidade de escutar o que cada Igreja tem a dizer às outras, diálogo que implica um profundo exame de consciência pessoal e eclesial e interpela à descoberta do essencial da fé. As expressões e concretizações institucionais da verdade da fé não têm todas a mesma importância, quer em si mesmas, quer na percepção por parte das várias Confissões cristãs. “Existe uma ordem ou ‘hierarquia’ das verdades da doutrina católica, já que o nexo delas com o fundamento da fé cristã é diferente” (CIC 90; UR 11). Há que procurar um entendimento quanto àquilo que é expressão necessária e suficiente do essencial da fé e quais as estruturas indeclináveis da Igreja. Isto supõe, também, estabelecer a distinção inequívoca entre a diferença que é motivo de separação e aquela que pode não o ser, entre aquilo que necessita ainda de uma clarificação obrigatória e aqueles aspetos que podem ser deixados à continuação do diálogo no futuro. Trata-se de uma tarefa que só pode ser cumprida dentro de uma clarividente “hierarquia das verdades da fé”.⁷² Refere Borges de Pinho:

“Superando uma concepção objectivista e proposicional das verdades da fé, a compreensão conciliar da Revelação como autocomunicação salvífica de Deus pede uma atitude de fé hierarquizada à volta da Verdade que é o próprio Deus e seu agir salvífico na história: em primeiro lugar, estão aquelas verdades que se referem ao *fim salvífico* e proclamam a acção de Deus Pai em Jesus Cristo pelo Espírito; em segundo lugar, situam-se aquelas verdades que se referem aos *meios de salvação* (Igreja sacramento e ministério...); num terceiro âmbito há as *verdades paradigmáticas*, isto é, aquelas que expressam simbólica, exemplar e tipologicamente outras verdades”.⁷³

A partir da consciência do fundamental comum que já as une, tanto do ponto de vista da experiência cristã vivida como no que se refere à compreensão da fé, as Igrejas

⁷² Cf. J. E. B. de PINHO, “Teologia ecuménica. Questões e tarefas de ordem metodológica e hermenêutica”, p. 88.

⁷³ J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: situação e perspectivas*, p. 132.

cristsãs são chamadas a caminhar em conjunto para uma mais “plena comunhão” e uma mais plena catolicidade.

3. Caminhos de cooperação ecuménica

O caminho para a unidade dos cristãos foi já encetado e é considerado irreversível, no dizer do Papa João Paulo II.⁷⁴ Na encíclica *Ut Unum Sint*, reconheceu que a ação em prol da unidade dos cristãos já assumiu amplas proporções e estendeu-se a um âmbito muito vasto.⁷⁵ Enalteceu, também, os frutos do diálogo, a fraternidade reencontrada pelo reconhecimento do único batismo, a solidariedade no serviço à humanidade, a convergência na Palavra de Deus, e o apreço mútuo dos bens nas diferentes tradições. Todavia, é ainda muito longo o caminho a percorrer e há passos concretos que já poderiam ter sido dados. Walter Kasper sublinha:

“Hoje podemos fazer muito mais do que o que geralmente acontece: leitura comum da Escritura, compreensão mútua, troca de experiências espirituais, cooperação no domínio do compromisso sócio caritativo, ajuda na proteção da vida e do ambiente, no trabalho da opinião pública, teologia, etc.”⁷⁶

Nesta consciência, os cristãos são chamados a percorrer e desenvolver caminhos de cooperação ecuménica, procurando o acolhimento e a aceitação de uma legítima pluralidade, valorizando a experiência dos cristãos de Confissões diferentes da sua, promovendo a oração em conjunto, aceitando um sério e profundo diálogo, crescendo na capacidade para refletir sobre aquilo que ainda nos separa e procurando um testemunho cristão conjunto no serviço à humanidade. Neste contexto são fundamentais algumas atitudes básicas.

⁷⁴ Cf. *UUS*, nº 3.

⁷⁵ Cf. *UUS*, nº41.

⁷⁶ W. KASPER, *Caminos hacia la unidad de los cristianos*, p. 377.

3.1. Uma hermenêutica de confiança

A verdadeira compreensão do outro na sua diferença – pela superação de visões deformadas da realidade das outras Confissões e pelo acolhimento dos elementos positivos e com valor permanente neles contidos – só é possível dentro de uma hermenêutica de confiança e de diálogo, capaz de acolher o outro e de relacionar-se com ele tal como é, numa atitude aberta à possível complementaridade das diversas vivências confessionais e ao enriquecimento mútuo que pode brotar dessa diferença.⁷⁷ A “identidade confessional” é um dado do qual temos de partir, pois nasce-se e vive-se como cristão sempre dentro de uma determinada Confissão, e cada uma delas, na maneira de viver a fé cristã, apresenta valores e potencialidades que não devem ser desprezados. Mas é necessário superar confessionalismos estreitos que impossibilitam ver o outro como ele é realmente e impedem “a indispensável autocrítica, não captando a verdade contida na experiência do outro”⁷⁸. Caso contrário, cairemos inevitavelmente em “caricaturas” do outro, da sua doutrina, do modo como vive a fé, da estrutura eclesial em que se insere, etc.

É claro assim que só numa atitude de abertura e de conhecimento mútuo, de confiança no outro e numa predisposição ao diálogo sincero com o outro é que se pode reconhecer e avaliar bem o que temos em comum.⁷⁹ De facto, uma visão ecuménica baseia-se num grande e permanente diálogo, diálogo esse que abrange todas as dimensões do viver eclesial, um diálogo que assenta na capacidade de escuta do que cada uma das Igrejas tem a dizer às outras na busca de maior fidelidade a Jesus Cristo e à Sua Palavra.⁸⁰

Na criação e no fomento dessa base de confiança importam muito os gestos concretos e as relações quotidianas. O Papa Francisco sempre apela, com firmeza e audácia, à

⁷⁷ Cf. J. E. BORGES DE PINHO, “Teologia ecuménica. Questões e tarefas de ordem metodológica e hermenêutica”, p. 83.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 123.

⁸⁰ Cf. J. E. B. de PINHO, “Ecumenismo: a tarefa da recepção do Concílio”, *Lumen*, ano 57, série III, nº 1 (1996) p.4.

necessidade de caminharmos juntos na edificação das pontes que suscitam a unidade entre todos. Por exemplo, ficou memorável a comemoração conjunta luterano-católica dos 500 anos da Reforma, na Suécia, em 31 de Outubro e 1 de Novembro, a qual foi precedida pelo encontro, no Vaticano, do Papa Francisco com uma peregrinação ecuménica de luteranos em que anunciou que o objetivo dessa viagem seria “fazer memória, depois de cinco séculos, do início da Reforma de Lutero”, e agradecer pelos “50 anos de diálogo oficial” entre a Igreja católica e a luterana.⁸¹ Outro exemplo é o encontro do Papa Francisco com o Patriarca de Moscovo Kirill, em Havana, 2016, o qual deixou uma marca em todos os cristãos (e até nos espaços fora das Igrejas), derrubando barreiras das divisões que há décadas separavam as duas Igreja e procurando caminhos de esperança e de confiança, em busca de unidade. Nesse encontro, o Papa salientou que existia e existe a vontade de caminharmos juntos na propagação do Evangelho, na construção da paz, no desejo da unidade plena de todos os cristãos,⁸² o que implica respeito mútuo e confiança entre os membros das respetivas Igrejas.

3.2. O respeito dos outros na sua diferença

No acolhimento das riquezas do outro e na disponibilidade para a correção dos próprios limites, a partir da percepção dos valores do outro, está a dimensão essencial do caminhar ecuménico, na busca exigente e constante de verdade. Diz-nos o Papa João Paulo II que o amor à verdade é “a dimensão mais profunda de uma autêntica procura da plena comunhão entre os cristãos”. Continua ainda o Papa: “Sem esse amor, seria impossível

⁸¹ Cf. AGÊNCIA ECCLESIA, “500 anos depois da reforma de Lutero, Papa vai à Suécia apontar ao futuro”, in <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/ecumenismo-500-anos-depois-da-reforma-de-lutero-papa-vai-a-suecia-apontar-ao-futuro/> (acedido em 11-02-2017).

⁸² Cf. FRANCISCO, “Discursos. Encontro do Papa Francisco com S.S. Kirill Patriarca de Moscou e de toda a Rússia - Assinatura da declaração conjunta” in: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/february/documents/papa-francesco_20160212_dichiarazione-comune-kirill.pdf (acedido em 14-03-2017).

enfrentar as reais dificuldades teológicas, culturais, psicológicas e sociais que se encontram ao examinar as divergências” (UUS 36).

Aceitar que o outro tem também algo que possa edificar, engrandecer ou enriquecer o nosso conhecimento cristão, é o ponto de partida para a compreensão das diferentes práticas religiosas.

“O confronto honesto com a realidade do outro traz a possibilidade de aprofundar as razões da nossa própria realidade, mas é também uma oportunidade para descobrir e questionar os limites e aspetos parciais que a envolvem.”⁸³

Como afirma J. R. Cardoso, “devemos aprender a viver com o diferente de nós. O outro não é senão uma metade de nós próprios”.⁸⁴ Valorizar e respeitar o que cada um difunde da vivência da sua convicção implica aceitação mútua de formas diferentes de expressar e de agir, em termos de piedade, teologia, confissão de fé e experiência eclesial”.⁸⁵

Importa reconhecer que em tudo é necessário respeitar o outro, apesar das diferenças. Mas isto não significa que concordemos com tudo o que ele possa dizer ou fazer. O respeito pelos outros na sua diferença é a forma mais “correta” de convivência pacífica com ideias distintas e preconceitos, o modo adequado de possibilitar um diálogo de mútuo enriquecimento e de mútua correção, a única maneira de enfrentar com razoabilidade o medo, a discriminação e as desigualdades, num mundo globalizado como o da sociedade atual em que as diferenças, por vezes, se revelam com grande intensidade.

⁸³ J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 124.

⁸⁴ J. R. CARDOSO, *O Professor do Futuro*, Guerra e Paz, Editores, S.A., 2013, p. 47.

⁸⁵ Cf. J. E. B. de PINHO, *A Recepção como Realidade Eclesial e Tarefa Ecuménica*, Edições DIDASKALIA, XXIV Lisboa, 1994, p. 221.

3.3. O ecumenismo espiritual

O ecumenismo vive da abertura ao agir do Espírito Santo em nós e nos outros cristãos⁸⁶, abertura que, partindo da escuta da Palavra de Deus, se traduz na conversão de coração e na santidade de vida. “Esta conversão do coração e esta santidade de vida, juntamente com as orações particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecuménico, e com razão podem ser chamadas ecumenismo espiritual” (UR 8; UUS 21). A oração estimula-nos a reconhecer a nossa pobreza no compromisso ecuménico e impele-nos a reconhecermo-nos como “mendigos” de Deus. Promover um ecumenismo orante era, e continua a ser hoje, um desafio para todas as Comunidades cristãs e para cada cristão.

É necessário rezar por um crescimento espiritual de todos os cristãos⁸⁷, crescimento este que busca a compreensão e a aceitação da vontade de Jesus Cristo e a fidelidade ao Seu Evangelho. Deixar que o Espírito Santo nos indique o caminho para a unidade e confiar na sua presença viva e atuante na Igreja é tomar consciência da importância da sua ação na vida e na história da Igreja.

Hoje, muitos cristãos das diferentes Igrejas têm vivenciado uma profunda experiência da presença do Espírito Santo, experiência que resulta do encontro, da partilha de dons, da escuta da Palavra e da oração em comum. Neste sentido, existe o querer e a preocupação de estarmos juntos na oração e na ação, e algumas comunidades têm permanecido ativas e perseverantes na busca da unidade dos cristãos. De sublinhar que esta vontade não se revela apenas na Igreja católica nem é exclusiva de qualquer outra Igreja, mas é comum a todas as Igrejas: “Quando os cristãos rezam juntos, a meta da unidade fica mais próxima” (UUS 22).

De facto, a presença e a ação do Espírito Santo é o princípio de vida da Igreja e fonte dinamizadora de todo o agir crente, como indivíduos e como comunidade. É Ele que suscita

⁸⁶ Cf. J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p. 127.

⁸⁷ Cf. G. TAVARD, *Ecumenismo: História e perspectivas atuais*, p. 185.

em nós a audácia de irmos ao encontro de Deus através do outro, é Ele que exerce em nós a sua força e imprime em nós o desejo de caminharmos juntos, independentemente da Confissão cristã a que pertencemos. É o Espírito Santo que atua em todos, e a todos nos é dada a graça de exercer a nossa função de batizados, segundo o carisma e capacidade que recebemos e continuamos a receber de Deus.

Neste sentido, marcante foi a visita do Papa Francisco à Igreja anglicana All Saints de Roma, a 26 de fevereiro de 2017, por ocasião do seu aniversário paroquial e bênção de um ícone de Cristo salvador. Na homilia, o Papa dirigiu um apelo às duas Igrejas para que “sejamos humildemente gratos e capazes de reconhecer que a graça fecunda de Cristo está em ato” e exortou a dar graças ao Senhor pelo desejo de uma maior proximidade dos cristãos, a qual se manifesta na prece conjunta e no testemunho comum do Evangelho:

“É uma graça e também uma responsabilidade: a responsabilidade de reforçar as nossas relações em louvor a Cristo, ao serviço do Evangelho [...]. O Espírito sopra onde quer, como quer e quando quer (Jo 3,8), ou seja, tudo tem um tempo e um momento certo; apesar das divergências vividas no passado, hoje as duas Igrejas unem-se para manifestar aos cristãos daquela paróquia e ao mundo que é o mesmo Espírito que atua em todos, na oração e na partilha de experiências.”⁸⁸

No âmbito do ecumenismo espiritual insere-se também a tomada de consciência de que existe um martirologio comum às diferentes Igrejas, não apenas no passado, mas também no hoje da nossa história. Na certeza de que a santidade de vida é forte impulso para a unidade e de que o ecumenismo dos santos é fundamental para o progresso ecuménico, o Papa João Paulo II viu nesse martirologio um sinal de esperança de que, pela ação do mesmo Espírito, os caminhos para a unidade hão-de chegar ao seu objetivo. Refere o Papa: “Se se pode morrer pela fé, isso demonstra que se pode alcançar a meta”⁸⁹.

⁸⁸ FRANCISCO, “Homilias. Visita à Igreja Anglicana “All Saints” de Roma” in http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2017/documents/papa-francesco_20170226_omelia-visita-allsaints.html (acedido em 20-03-2017).

⁸⁹ UUS, n.º 84; Cf. J. E. B. de PINHO, “A urgência da tarefa ecuménica”, p. 457.

A presença universal dos santos mártires testemunha a transcendência do poder do Espírito e vence as barreiras criadas pelos homens. As perseguições que hoje sofrem cristãos (independentemente da sua Confissão religiosa) têm sido preocupação várias vezes manifestada pelo Papa Francisco. Este foi, aliás, um dos temas abordados no histórico encontro, realizado em Fevereiro de 2016, com o Patriarca Kirill, chefe da Igreja Ortodoxa Russa, também ele preocupado com as comunidades cristãs, alvos de perseguição e genocídio. Na declaração conjunta, emitida após esse encontro, pode ler-se:

“O nosso olhar dirige-se, em primeiro lugar, para as regiões do mundo onde os cristãos são vítimas de perseguição. Em muitos países do Médio Oriente e do Norte de África, os nossos irmãos e irmãs em Cristo veem exterminadas as suas famílias, aldeias e cidades inteiras [...] (n. 8). Pedimos a ação urgente da comunidade internacional para prevenir nova expulsão dos cristãos do Médio Oriente. Ao levantar a voz em defesa dos cristãos perseguidos, queremos expressar a nossa compaixão pelas tribulações sofridas pelos fiéis doutras tradições religiosas [...] (n. 9).”⁹⁰

3.4. A cooperação a nível local

A Igreja não se situa isolada das realidades que atualmente afetam a nossa sociedade, caracterizada por um pluralismo cultural, mas “caminha juntamente com toda a humanidade, participa da mesma sorte terrena do mundo e é como que o fermento e a alma da sociedade humana” (GS 40). A cooperação ecuménica acontece, só pode acontecer em contextos locais e culturais concretos.

No contexto europeu, os representantes superiores de várias Igrejas reuniram-se para determinar meios de cooperação e comprometeram-se a criar laços de intercâmbio para se coadjuvarem na propagação do Evangelho. Assim, a chamada “Charta Oecumenica”, elaborada em Abril de 2001 pelas Conferência das Igrejas Europeias (KEK) e pelo Conselho

⁹⁰ FRANCISCO, “Discursos. Encontro do Papa Francisco com S.S. Kirill Patriarca de Moscou e de toda a Rússia - Assinatura da declaração conjunta”, (acedido em 14-03-2017).

das Conferências Episcopais Europeias (CCEE), estabelece várias diretrizes que promovem uma cultura ecuménica de diálogo e colaboração no anúncio do Evangelho e de interajuda espiritual. Apela ainda a um maior empenho na colaboração ao nível pastoral e na troca de experiências, com o intuito de tornar visível a unidade entre as Igrejas. O documento tem presente que o ecumenismo “exprime-se já em múltiplas formas de ação comum”⁹¹ e aponta várias linhas de orientação para, em conjunto, se trabalhar em conformidade com as necessidades de cada Confissão cristã.

As comunidades eclesiais são, portanto, estimuladas a desempenhar as suas funções de acordo com as realidades de cada espaço onde se encontram inseridas, na reciprocidade e na aceitação das diferenças. A comunidade cristã cresce e desenvolve-se na medida em que aceitarmos as diferenças, que reconhecemos a nossa fragilidade e nos empenharmos em superar as divisões que ainda existem entre nós: “*Somos só vasos de barro*, mas conservamos dentro de nós o maior tesouro do mundo.”⁹² a riqueza da nossa fé. Os cristãos vivem a vida comum dos outros homens e mulheres, ainda que tenham um outro olhar sobre a realidade, uma diferente valoração das coisas e um outro horizonte de sentido para as suas vidas. São chamados a caminharem juntos, a trabalharem juntos e a exercerem juntos a sua missão de discípulos. Neste contexto, o caminho faz-se, fazendo, caminhando juntos, aceitando a própria fragilidade na construção da plena comunhão.

O anúncio do Evangelho é o ponto central e um apelo a todos os que se confessam cristãos. Espalhar a mensagem da Boa Nova é um dever de todos os crentes, independentemente da sua convicção cristã e do espaço onde se encontrem. Além disso, a dimensão sociocultural marcada por vários elementos (geográfico, cultural, histórico, social e religioso) não representa apenas um contexto superficial à realidade eclesial, mas sim, um elemento fundamental do ser Igreja historicamente situada num âmbito específico. De facto, a comunidade eclesial situa-se e

⁹¹ CCEE, KEK, 4^a “Charta Oecumenica. Linhas mestras para o aumento da colaboração entre as Igrejas na Europa, Abril 2001, in <http://www.copic.pt/files/ChartaOecumenicaPT.pdf> (acedido a 24-02-2017).

⁹² FRANCISCO, “Homilias. Visita à Igreja Anglicana All Saints de Roma” (acedido em 20-03-2017).

realiza a sua missão num determinado espaço social. O caminho para a plena comunhão pode parecer demorado, lento e incerto, mas não podemos deixar desfalecer em nós o desejo ardente de anunciar Jesus Cristo e sermos fiéis à sua Palavra.

É necessário que os cristãos rezem uns pelos outros e procurem meios e estratégias para cooperarem na evangelização. Esta é tarefa e desafio que necessita de ação conjunta. Apesar de existirem ainda, em algumas Igrejas, restrições em relação à oração ecuménica em comum, a oração do Pai Nosso caracteriza estruturalmente a nossa espiritualidade cristã.⁹³

3.5. O testemunho cristão comum ao serviço da Humanidade

Assim como o pequeno fermento, passo a passo, vai levedando a massa e a transforma, o cristão, pelo testemunho da vivência profunda da sua fé e pela presença ativa na comunidade onde quer que se encontre, vai construindo um mundo mais justo e mais fraterno pela sua participação no serviço ao próximo. Todos somos chamados a exercer o cumprimento do mandato de Cristo na terra, a agir segundo a Sua vontade e a testemunhá-Lo com a vida.

Falar do testemunho cristão comum ao serviço da Humanidade implica ação que derruba as barreiras de indiferenças, do individualismo, da ignorância e, por vezes até, de preconceitos relativamente às outras Igrejas. Por outro lado, implica ação que constrói pontes, que promove a paz, que abre portas para novos caminhos em direção a Jesus Cristo e que une os cristãos de todas as Confissões.

Testemunhar Jesus Cristo é identificar-se com Ele, é intensificar a nossa relação com Ele, é seguir os Seus passos. Ele, apesar de ser Filho de Deus, assumiu a condição de servo tornando-se semelhante aos homens, obedecendo até à morte e morte de cruz. (cf. Fil 2,8-9).

⁹³ Cf CCEE, KEK, “4ª Charta Oecumenica”, nº 5.

E deixou-nos um mandato: “Como Eu fiz, fazei-o vós também” (Jo 13,15). Todos os cristãos, sem exceção, são chamados a dar este testemunho e a ser verdadeiros evangelizadores, uma vez que o testemunho cristão nasce a partir do nosso batismo e se desenvolve ao longo dos tempos. É um caminho que se vai fazendo ao longo de toda a nossa vida e um desafio em prol da unidade.

Observando o mundo em que vivemos e as suas realidades concretas, somos chamados a marcar a diferença pela prática do nosso serviço, no respeito pela dignidade humana, no trato para com os mais pobres e descartados da nossa sociedade e na aceitação do outro na sua diferença. Este é o dever de todos aqueles que testemunham Cristo e que são chamados e enviados em Seu Nome para darem testemunho com palavras e com atos, agindo com retidão, veracidade e coerência, em auxílio dos marginalizados e dos excluídos da sociedade.

Hoje é “urgente” a colaboração de todos, independentemente da sua convicção, na construção de uma Humanidade mais justa, mais solidária e mais dialogante. Só assim poderemos responder juntos com generosidade aos apelos do mundo que nos rodeia e encontrar os meios ou instrumentos necessários para socorrer o outro. Para que a ninguém falte a ajuda necessária é indispensável um esforço conjunto, pelo que é importante intensificar a relação entre as diferentes Confissões, de modo que seja verdadeiro e sem hipocrisia o testemunho dado.

A presença e o testemunho cristãos devem ser o sinal daquilo que se vive e professa. Nesta linha de ideias, é imprescindível citar o testemunho dos missionários como agentes ativos ao serviço da Humanidade. Eles arriscam a própria vida em testemunho da fé e no serviço ao próximo, e um pouco por todo o mundo os missionários são elos que ligam Igrejas, países e por vezes continentes diferentes. Por onde são enviados ajudam no desenvolvimento sustentável e são “porta-voz” das comunidades com quem partilham a vida e o que têm. O querer o bem do outro, o colocar-se ao serviço daqueles que vivem nas periferias da nossa sociedade e que são marginalizados, a defesa dos pobres e dos excluídos tem como

consequência, por vezes, situações de “martírio” na vida de muitos missionários de qualquer Confissão cristã. Atualmente em muitos locais do mundo assiste-se a um “ecumenismo de martírio”: os cristãos são perseguidos e mortos não por serem católicos, protestantes ou ortodoxos ou de outras Confissões cristãs, mas sim por serem cristãos. Deste modo, estão unidos, não pela sua Confissão cristã mas por testemunharem a sua crença e serem vistos pelos outros como cristãos. Neste martírio ecuménico existe um verdadeiro testemunho de unidade dos cristãos, que se contrapõe à brutal violência que, muitas vezes, se “esconde” debaixo de manto religioso.

Capítulo III – Contributo da reflexão ecuménica para a formação dos alunos

Apresento, neste capítulo, um possível contributo para a formação dos alunos decorrente da reflexão sobre o “Ecumenismo”, procurando ajudar a entender o sentido da palavra e o que representa a tarefa ecuménica. Procura-se, ainda, ajudar a distinguir entre “diálogo ecuménico” e “diálogo inter-religioso”.

1. Pluralismo de pertença religiosa na sociedade atual

A disciplina de EMRC tem a missão de ajudar o aluno a fazer uma leitura crítica da tradição cultural da sociedade em que está inserido, apropriar-se da dimensão religiosa da sua existência e desenvolver-se como pessoa e membro ativo de uma sociedade. Qualquer projeto educativo tem que estar enraizado numa herança cultural, uma vez que o juízo crítico não pode funcionar no vazio, mas por outro lado não pode ser apenas uma inserção na comunidade mas tem que desenvolver atitudes de responsabilidade pessoal.

Assim sendo, é imprescindível levar os alunos a tomar consciência da realidade plural da sociedade em que vivemos, inclusive em termos da pertença religiosa. A Conferência Episcopal Portuguesa, em Carta Pastoral 2004,⁹⁴ aponta características da sociedade moderna fortemente marcada pela dinâmica de egoísmo e de egocentrismo, com sinais de “degradação preocupante”: uma cultura do provisório, do prazer, do consumo e do bem-estar material, da facilidade, do indivíduo, irresponsável, de morte e mediatizada.

O trabalho a realizar no âmbito da UL 2 “O Ecumenismo” pode contribuir para ajudar os alunos a tomar consciência da pluralidade existente na nossa sociedade, a qual se manifesta

⁹⁴ Cf. CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A família, esperança da Igreja e do mundo*, Secretariado Nacional de Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 2004, pp.11-12.

a todos os níveis: social, cultural, político, económico, ... e também religioso. A tarefa a desenvolver pode, também, ajudar a lidar mais facilmente com essas diferenças.

Atualmente, ao observar a nossa sociedade, facilmente deparamos com pessoas de religiões não cristãs e outras de Confissões todas elas cristãs (cristianismo) mas que manifestam a sua crença com opções diferentes em termos de doutrina, de celebração da fé, etc.: católicos, ortodoxos, protestantes. Podemos, por exemplo, dar a conhecer a utilização de símbolos próprios, que podem identificar e diferenciar cada um deles, como por exemplo o uso do cabeção pelo padre católico; do turbante pelo árabe; do *talit* e do *quipá* pelo judeu.

2. Fatores que influenciam perceções e celebrações diferentes da fé

A unidade entre os cristãos foi sempre a preocupação de todos. Desde o princípio do cristianismo, sempre existiram tensões entre os cristãos e entre as suas comunidades. Paulo denuncia esta “agitação” (cf. 1Cor 1,10-13) existente até mesmo entre as comunidades primitivas.

No início do século II, as múltiplas Igrejas constroem a sua identidade, circulam as doutrinas e os usos. Desta maneira, a complexidade das Escrituras, com possibilidade de diferentes interpretações nos ambientes em que se inseriu o cristianismo, contribuíram para aumentar a diversidade teológica. Na Idade Média, com a institucionalização da Igreja católica, a unidade tornou-se um dos valores supremos. Neste contexto, a Igreja é entendida como “una, santa, católica e apostólica”, o que influenciou a preservação da unidade a todo o custo. Todavia, esta “metodologia” não foi suficiente para travar as duas grandes divisões da cristandade: a separação definitiva entre as Igrejas orientais e ocidentais e a ocorrência da Reforma protestante. Estas fraturas na unidade do cristianismo têm ainda hoje as suas consequências: católicos, protestantes e ortodoxos continuam separados, apesar dos encontros e abraços fraternos entre os seus líderes.

Também hoje a nossa sociedade está marcada por conflitos de vários tipos. Paul Ricouer, na sua reflexão sobre a educação adequada à sociedade contemporânea, pluralista e problemática, afirma:

“Preparar as pessoas para entrar nesse universo problemático parece-me ser a tarefa da educação moderna. Esta já não tem que transmitir conteúdos autoritários, mas deve ajudar os indivíduos a orientar-se em situações conflituosas, e a dominar com coragem certo número de antinomias [...]. É preciso iniciar o jovem simultaneamente à solidão e à vida pública”.⁹⁵

Assim ao longo do percurso feito nesta UL, podemos ajudar os alunos a saber orientar-se em situações conflituosas e no meio das controvérsias hoje existentes, contribuindo para o seu melhor entendimento dos atuais comportamentos, tão diversos. Além disso, pode ainda mostrar-se-lhes as iniciativas que foram surgindo ao longo da história no desejo de proximidade.

3. Ecumenismo na vida

Todo o viver humano (na família, na comunidade, na sociedade em geral) é acompanhado por tensões, conflitos e risco de divisões. De facto, nunca há nem pode haver uma unanimidade total entre as pessoas e no seio dos grupos humanos. As pessoas são diferentes na sua história de vida, nas experiências e opções que fazem, na perceção da realidade, na valoração das coisas, no modo como acolhem a verdade que as interpela.

A tarefa ecuménica desperta-nos para enfrentar realisticamente estes desafios e problemas, promovendo um conhecimento que gere competência para a gestão de interculturalidades, favorecendo a integração na comunidade, de modo que todos se respeitem mutuamente, e levando à consciência que nenhuma religião possui toda a verdade.

⁹⁵ Citado por F. MOITA in “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, p. 58.

No ambiente de pluralismo que a escola oferece, o Ensino Religioso Escolar pode (e deve) colaborar de modo eficaz e trabalhar de maneira criativa as contendas, debates, discussões e controvérsias existentes entre as diferenças, tendo presente a base normativa de valores: o respeito pelos outros na sua diferença. Uma correta educação numa sociedade pluralista tem que desenvolver a tolerância, associando a formação para a autonomia pessoal ao exercício da ética na comunidade.

4. Diversidade, fonte de riquezas

A unidade - toda a unidade, também a unidade da Igreja - não é uma realidade monolítica, uniforme, de um pensamento único. A diversidade dentro de uma comunhão nas convicções, nas estruturas e nas práticas de vida essenciais é realidade natural do viver humano, para além de ser pressuposto indispensável de enriquecimento mútuo. A diversidade é, portanto, elemento essencial de qualquer verdadeira unidade (na família, na comunidade, na Igreja).

As diferenças são uma fonte de riqueza para a vida comunitária e não podem ser consideradas como promotoras de conflito, pelo que a aceitação da diversidade e o respeito mútuo são valores humanos a desenvolver. Isto é certamente importante para um futuro pacífico na sociedade em geral e na Igreja, e é essencial num ambiente de pluralidade de culturas como é típico da escola. Como afirma Ervino Schmidt: “Ao valorizar o diferente, o outro, os outros, o ser humano encontra os alicerces da vida em comunidade”⁹⁶ e, portanto, revela-se importante desenvolver esta competência na formação dos alunos.

“Acreditar em Cristo significa querer a unidade” (UUS 9). Na certeza de que a

⁹⁶ E. SCHMIDT, “O Ensino Religioso Escolar em Questão”, in http://www.gper.com.br/documentos/o_ensino_escolar_em_questao.pdf, p. 3 (acedido em 04-02-2017).

unidade é, antes de mais, dom de Deus e numa atitude penitente frente às culpas de divisão, a unidade na diversidade ganha um contorno significativo. “Todos Te procuram” (Mc 1,37) é a meta dos esforços ecuménicos, a qual exige fidelidade ao Evangelho. O ecumenismo é, acima de tudo, o encontro fraterno de pessoas que buscam e se reconhecem como irmãos em Jesus Cristo. É este suporte de fé comum que sustenta e impulsiona o compromisso das Igrejas e vincula a unidade.

Mas o cerne do problema da falta de unidade entre cristãos reside em que as diferenças existentes se tornaram ou são sentidas como irreconciliáveis. Isto é, são tidas como separadoras. Ser cristão católico é não ser protestante (ou ortodoxo) e vice-versa! Trata-se, pois, de caminhar no sentido de que essas diferenças sejam superadas naquilo que têm de irreconciliável e acolhidas/aceites naquilo que são legítimas diferenças ou possíveis diversidades de perspetivas ou de opções concretas.

Neste seguimento, o educando é levado a confrontar-se com a realidade atual com um espírito crítico de modo que o discernimento seja a arte que o sustenta na vida adulta, tornando-se um construtor de pontes e não de muros. O tema pode, portanto, constituir uma oportunidade para ajudar os alunos a lidarem com as diferenças, reconhecendo que o outro também pode ter algo de bom a oferecer, e em conjunto construir uma sociedade melhor, mais solidária, mais fraterna.

5. Experiência pessoal e compreensão do outro na sua realidade

Qualquer confronto honesto com a realidade do outro constitui uma oportunidade para aprofundar as razões da nossa própria identidade e, simultaneamente, descobrir os limites e aspetos parciais que a envolvem. Refletir sobre a tarefa ecuménica pode ajudar a perceber como o acolhimento da verdade é sempre marcado por limites, circunstâncias biográficas e culturais, condicionamentos comunitários, etc. Por exemplo, quem nasce no seio de uma família

católica tem perspectivas e opções diferentes sobre aquilo que é essencial no cristianismo de alguém que nasce numa família protestante ou ortodoxa.

Todo e qualquer outro é pessoa e alteridade, e toda a educação deve pressupor os direitos do ser humano, o que significa respeito absoluto por cada um, tanto para com os outros, como para consigo mesmo, num respeito pela dignidade absoluta da pessoa humana. Assim, é necessário ajudar os alunos a abrir novos horizontes em direção ao entendimento da dignidade da pessoa humana nas suas múltiplas facetas, promovendo uma cultura de encontro em oposição a uma cultura de indiferença e de descarte.

Precisamente a tarefa ecuménica leva-nos a deixar de nos fixarmos em nós próprios, procurando concentrar o nosso olhar no acolhimento incondicional do Mistério de Deus revelado em Jesus Cristo, superando confessionalismos estreitos e procurando uma melhor compreensão do outro e da sua situação, trilhando atitudes de tolerância e de respeito pelo outro. Implica, portanto, a predisposição de abertura ao conhecimento mútuo, à confiança no outro e ao diálogo sincero, para poder avaliar bem (o melhor possível) o que temos em comum, compreender melhor a sua posição, não deformar a visão das suas conceções e práticas.

6. Colaboração na construção de uma sociedade mais humana

A cooperação na construção de um “mundo melhor” e no testemunho comum é uma exigência básica de fidelidade ao Evangelho, sendo também correspondência à interpelação ecuménica.

Mas a colaboração de e entre todos, independentemente da convicção religiosa professada, é urgente para construção de uma sociedade mais justa, mais solidária e mais humana. Todos (sem exceção) têm a responsabilidade de contribuir para a concretização de uma sociedade mais pacífica e tolerante, capaz de viver com as diferentes diversidades nela

existente, procurando o “bem comum” e onde haja (apenas) verdadeiras e sãs relações entre as pessoas, quer sejam ou não crentes.

Esta temática pode ser um desafio para a disciplina de EMRC, no contexto escolar, onde reside a interculturalidade e a grande diversidade de alunos. A valorização do que é comum não diminui, pelo contrário reforça a importância da compreensão do outro, enriquece o nosso conhecimento e favorece o testemunho cristão no mundo que nos rodeia.

7. Ecumenismo: busca de fidelidade ao Evangelho num exercício de compreensão e cooperação

O ecumenismo é um apelo à cooperação entre as pessoas e as comunidades, ultrapassando toda e qualquer divergência legítima que possa existir, seja ela de ordem religiosa, ideológica, política ou qualquer outra, mas sem cedências ou renúncias ilegítimas. No fundo, é um apelo a seguir com fidelidade o Evangelho de Jesus, buscando a unidade e vivendo no serviço dos homens e mulheres do nosso tempo.

Entender o ecumenismo como busca do verdadeiramente humano à luz do Evangelho é, certamente, um exercício importante para que os alunos se consciencializem da importância de promover a dignidade do outro e da sua vida, apesar das diferenças e de tudo o que os separa. Trata-se de uma caminhada realizada passo a passo, diariamente, e nunca de um objetivo possível de atingir de uma só vez, num único momento. De facto, é na prática do dia-a-dia que, aos poucos, se vão dando os passos necessários, que podem parecer pequenos mas têm repercussões, pois são os (pequenos) gestos concretos que penetram os corações e despertam as consciências.

Este desafio deve ser trabalhado com os alunos não apenas no âmbito religioso mas também no âmbito cívico e social, desenvolvendo o sentido de cidadania, de modo a contribuir para a formação integral dos alunos. Entender o ecumenismo como busca do verdadeiramente

Humano à luz do Evangelho, pode tornar-se um exercício importante para que os alunos percebam que, apesar das diferenças, é muito mais aquilo que nos une que aquilo que nos separa. Conscientes da riqueza do caminho percorrido ao nível do diálogo ecuménico, importa pô-lo ao serviço do desenvolvimento do aluno – é certamente importante contributo a ser dado pela EMRC.

8. Proposta de atividades

Na linha do apontado no anterior ponto 4 “ Diversidade, fonte de riquezas”, sugerimos, a modo de exemplo, a realização de três atividades a decorrer fora da sala de aula. Com elas pretendemos envolver os alunos da disciplina numa dinâmica completa que se alargue a toda a escola.

Deste modo eles podem ser protagonistas de um verdadeiro exercício de valorização da diversidade na procura de caminhos comuns.

PROPOSTA DE ATIVIDADES

Metas	Objetivos	Conteúdos	Estratégias	Materiais
G. Identificar Os valores evangélicos	6. Organizar um universo de valores orientado para uma unidade entre todos os cristãos, identificando o fundamento religioso do movimento ecuménico.	Atividade 1 O movimento ecuménico: o desejo da unidade perdida;	Organização de um workshop com alunos de nacionalidades e culturas diferentes. Demonstração da dimensão religiosa de várias culturas. Vídeo, fotografias, danças, gastronomia, etc. Que salienta os diversos aspetos Exemplo: compromisso socio caritativo, ajuda na proteção da vida e do ambiente, (cooperação na troca de experiências espirituais...) tendo sempre em consideração a diversidade como fonte de riquezas na construção da unidade.	Projetor, computador Cartolinas, canetas Caderno de aluno. Máquina fotográfica e outros matérias correspondentes às dinâmicas e criatividade de cada grupo
		Atividade 2 O Concílio Vaticano II e a relação da Igreja Católica com as outras Confissões cristãs e promoção da unidade entre os cristãos: Unitatis Redintegratio, Cap II.	Interpretação dos textos (UR 2-3) Trabalho de grupo. Plenário segundo a criatividade de cada grupo.	Texto de apoio Caneta, papel ou outros, de acordo com a criatividade de cada grupo.
		Atividade 3 Construção de pontes para a unidade: o contributo pessoal de cada um.	Momento de diálogo com Presidente das Igrejas de COPIC	Espaço previamente equipado: projetor, computador, quadro, caderno do aluno e caneta

Síntese: Reconhecer que o outro também tem algo de bom a oferecer, e em conjunto podemos construir uma sociedade mais solidária, mais justa e mais fraterna.

CONCLUSÃO

A experiência adquirida na Prática de Ensino Supervisionada permitiu-me uma tomada de consciência das normas e dos valores que enriquecem a profissão de docente de EMRC. Foi verdadeiramente um valioso e incentivador desafio formativo.

O tema da UL lecionada, Ecumenismo, é complexo e difícil para esta faixa etária, mas contribuiu para clarificar as diferenças que existem entre as diferentes Confissões cristãs e encontrar o sentido de caminhos de cooperação concreta e de respeito pelos outros, experiência que ajuda a despertar para o facto que a unidade se faz, se constrói, caminhando juntos.

Muito adequada à faixa etária lecionada revelou-se a apresentação de várias iniciativas e esforços significativos que marcaram o movimento ecuménico no século XX, tais como o movimento dos Focolares, Taizé e a Comunidade de Santo Egídio (como é indicado no Manual) e a explicação de contributo de cada grupo para a construção da unidade da Igreja e da sociedade em geral. Isto permitiu, de facto, ajudar os alunos na compreensão que o ecumenismo só tem sentido como busca de fidelidade a Jesus Cristo, contribuindo para a construção de um mundo verdadeiramente humano, onde todos se possam sentir dignificados.

Trabalhar o tema da “unidade da Igreja” levantou-me vários desafios, mas, acima de tudo, permitiu-me descobrir que, na verdade, o esforço ecuménico é a procura de Cristo por todos: “Todos Te procuram” (Mc 1,37), embora sigam caminhos diferentes. A questão da unidade da Igreja é preocupação constante desde o início do Cristianismo e desejada ao longo dos tempos. Presentemente, embora ainda estejamos longe de restabelecimento da plena comunhão, são vários os avanços já verificados por todas as Confissões cristãs que, na sua maioria, colaboram em vários aspetos sem atitudes antagónicas e hoje, como aponta a “Charta Oecumenica” no n. 4, “o ecumenismo exprime-se já em várias formas de ação comum”.

A unidade da Igreja não é atributo secundário mas a própria essência da Comunidade dos discípulos de Cristo. Deus quer a Igreja porque quer a unidade e é na unidade que se exprime toda a profundidade da sua *ágape*, como salienta o Papa João Paulo II (cf. UUS 9). Jesus propõe uma unidade sem exclusão, em que todos façamos parte de uma grande família na qual Deus é nosso Pai e todos somos irmãos.

Mas a unidade da Igreja não elimina todas as diferenças, não é uma realidade monolítica, uniforme, de um único pensamento. Pelo contrário, reconhece-se que as diferenças são uma fonte de riqueza e que a diversidade é elemento essencial de qualquer verdadeira unidade na vida comunitária, e também na família e na sociedade em geral. A unidade da Igreja entende-se, portanto, como “unidade na diversidade” e a tarefa ecuménica procura superar diferenças naquilo que têm de irreconciliável e acolher o que é legítima diferença, o que são possíveis diversidades de perspectivas ou opções concretas.

Uma Igreja unida mas não uniformizada tem um impacto maior na sociedade e só assim encontrará resposta aos desafios atuais. Isto implica a descoberta do diálogo e a compreensão das diferenças de pensar e de agir. Todo o viver humano, na família, na comunidade, na sociedade em geral, é acompanhado por tensões, conflitos e risco de divisões. Nesta linha de pensamento, a EMRC pode (e deve) contribuir para enfrentar contendas, debates, discussões e controvérsias, superar divisões, derrubar barreiras de indiferenças, de individualismo ou de ignorância e por vezes até de preconceitos relativamente às outras Igrejas. Pode, igualmente, ajudar os alunos a saberem lidar com as suas diferenças a partir do diálogo.

Por outro lado, o ecumenismo implica ação que constrói pontes, que promove a paz, que abre portas para novos caminhos em direção a Jesus Cristo, colaborando assim na construção de uma Humanidade mais justa, mais solidária e mais compreensível. Procura a realização de um projeto comum ao serviço da humanidade, no desejo de unir esforços na

resolução dos problemas dos mais vulneráveis, demonstrando interesse em encontrar o acesso, ou meios práticos, para o conseguir.

“ Sem dúvida, o tema primeiro e tarefa prioritária do diálogo ecuménico tem de ser a redescoberta, em conjunto, do que o mandamento do amor como núcleo do Evangelho de Jesus exige dos cristãos como serviço aos homens e mulheres do nosso tempo.”⁹⁷

Nestes domínios de ação muito útil será criar estratégias que desenvolvam o dinamismo e o associativismo próprio dos jovens, que os leva a “contaminar” os que os rodeiam.

As aulas devem ser um tempo de encontro de diversidades, de confronto de ideias e de diálogo, abrindo caminhos de unidade. Por outro lado, os alunos precisam de estímulo e compreensão, o que exige proximidade da parte dos docentes. Nesta linha de ideias, a EMRC em geral, e esta UL sobre o ecumenismo em particular, colaboram ativamente na educação integral de adolescentes e jovens e coopera na formação de cidadãos responsáveis.

Hoje, nas nossas salas de aulas existem alunos de diversas culturas e convicções religiosas, que não possuem os mesmos conhecimentos. Acresce que a EMRC é uma disciplina opcional, pelo que não há obrigação de os alunos fazerem um percurso podendo inscrever-se, pela primeira vez, em qualquer ano. Logo, as divergências na aprendizagem requerem do professor um olhar atento e o cuidado em descobrir meios e caminhos para dar resposta às necessidades de cada aluno, valorizando-o e respeitando-o na sua diferença, algo que se pode refletir e experimentar ao longo do itinerário pedagógico desenvolvido nesta Unidade Letiva.

⁹⁷ J. E. B. de PINHO, *Ecumenismo: Situação e perspectivas*, p.138.

BIBLIOGRAFIA

1. Documentos do Magistério

a) Em papel

CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A família, esperança da Igreja e do mundo*, Secretariado Nacional de Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa, 2004.

FRANCISCO, *Encíclica Lumen Fidei*, Paulus Editora, Lisboa, 2013.

IGREJA CATÓLICA, *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.

IGREJA CATÓLICA, *Concílio Ecuménico Vaticano II*, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, 1979.

JOÃO PAULO II, *Apelo à unidade, Carta encíclica Ut unum sint sobre o ecumenismo*, Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, Braga, 1995.

b) Textos citados a partir da web

BENTO XVI, “Audiência Geral, Quarta-feira 06 de junho 2007”, in

http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2007/documents/hf_ben-xvi_aud_20070606.html

FRANCISCO, “Discursos. Encontro do Papa Francisco com S.S. Kirill Patriarca de Moscou e de toda a Rússia - Assinatura da declaração conjunta” in http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/february/documents/papa-francesco_20160212_dichiarazione-comune-kirill.pdf.

FRANCISCO, “Homilias. Visita à Igreja Anglicana “All Saints” de Roma” in

http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2017/documents/papa-francesco_20170226_omelia-visita-allsaints.html

PIO XI, Encíclica *Mortalium Animos*, in http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html

2. Documentos Curriculares

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PAREDE, *Projeto Educativo*, 2014.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para Amar*, 8º ano de Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do Professor, SNEC, Lisboa, 2011.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para Amar*, 8º ano de Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do Aluno, SNEC, Lisboa, 2009.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Quero Descobrir*, 8º ano de Educação Moral e Religiosa Católica, Manual do Aluno, SNEC, Lisboa, 2015.

SECRETARIADO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica: Finalidades, Metas, Objetivos e Conteúdos*, SNEC, Moscavide, 2014.

3. Estudos

AMBROSIO, J., *EMRC e Cidadania*, Texto para uso dos alunos no âmbito do 1º Ano de Mestrado em Ciências Religiosas, especialização em EMRC, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2013/14.

AMBROSIO, J., *Identidade e Finalidades da EMRC*, Texto para uso dos alunos no âmbito do 1º Ano de Mestrado em Ciências Religiosas, especialização em EMRC, Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, 2013/14.

ARENDS, R. I., *Aprender a Ensinar*, McGraw-Hill, Madrid, 7ª Edição, 2008.

CARDOSO, J. R., *O Professor do Futuro*, Guerra e Paz, Editores, 2013.

FOSSION, A., *Dieu Désirable. Proposition de la foi initiation*, Coleção: Pédagogie Catéchétique, 25, Lumen Viate, Bruxelas, 2010.

KASPER, W., *Caminos hacia la unidad de los cristianos. Escritos de ecumenismo I*, Sal Terrae, Maliaño, 2014.

KOCH, K., “Unidade da Igreja numa perspectiva ecuménica”, *Communio*, Ano XXXI (2014) pp. 317-332.

MOITA, F., “A missão do professor de EMRC no contexto da escola atual”, *Pastoral Catequética*, nº 26 (2013) pp. 53-74.

NUNES, T., “Missão e Singularidade do docente de Educação Moral e Religiosa”, *Pastoral Catequética*, nº 19 (2011) pp. 117-126.

PINHO, J. E. B. de, *Ecumenismo: Situação e Perspectivas*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011.

PINHO, J. E. B. de, “A urgência da tarefa ecuménica. Notas para uma leitura da encíclica *Ut Unum Sint*”, *Brotéria*, Vol. CXLI, (1995) pp. 453-468.

PINHO, J. E. B. de, *A Recepção como Realidade Eclesial e Tarefa Ecuménica*, Edições *DIDASKALIA* XXIV, Lisboa, 1994.

PINHO, J. E. B. de, “Teologia ecuménica. Questões e tarefas de ordem metodológica e hermenêutica”, *DIDASKALIA*, XXXIX (2009) pp. 67-99.

PINHO, J. E. B. de, “Ecumenismo: a tarefa da recepção do Concílio”, *Lumen*, ano 57, série III, nº 1 (1996) pp. 2-8.

RATZINGER, J. BENTO XVI, *Jesus de Nazaré. Da Entrada em Jerusalém até à Ressurreição*, Ed. Principia, Cascais, 2011.

TAVARD, G., *Ecumenismo: História e perspectivas actuais*, Ed. Missões, Cucujães, 1962.

4. WEBGRAFIA

AGÊNCIA ECCLESIA, “500 anos depois da reforma de Lutero, Papa vai à Suécia apontar ao futuro”, in <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/ecumenismo-500-anos-depois-da-reforma-de-lutero-papa-vai-a-suecia-apontar-ao-futuro/>

CCEE, KEK, 4ª “Charta Oecumenica. Linhas mestras para o aumento da colaboração entre as Igrejas na Europa”, Abril 2001, in <http://www.copic.pt/files/ChartaOecumenicaPT.pdf>

JÚNIOR, FRANCISCO DE AQUINO, “Igreja Católica e o Movimento Ecuménico: Na celebração dos 50 anos de abertura do Concílio Vaticano II” in <http://www.vidapastoral.com.br/ano/2012/a-igreja-catolica-e-o-movimento-ecumenico-na-celebracao-dos-50-anos-de-abertura-do-concilio-vaticano-ii/>

KASPER, W., “Reflexões Do Cardeal Walter Kasper, Caminho e significado do Movimento Ecuménico ” in <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/vaticano/caminho-e-significado-do-movimento-ecumenico/>

SCHMIDT, E., “O Ensino Religioso Escolar em Questão”, in http://www.gper.com.br/documentos/o_ensino_escolar_em_questao.pdf